



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL-PR

CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANGICLEI LARENTIS DE COL

**ANÁLISE SOBRE CONDIÇÕES DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA
EM UMA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES, COM PRODUÇÃO
ORGÂNICA, NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU/PR.**

LARANJEIRAS DO SUL

2021

ANGICLEI LARENTIS DE COL

**ANÁLISE SOBRE CONDIÇÕES DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA
EM UMA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES, COM PRODUÇÃO
ORGÂNICA, NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU/PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito
para obtenção do título bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Col, Angiclei Larentis de

Análise sobre condições de viabilidade econômica e financeira em uma associação de agricultores familiares, com produção orgânica, na região da Cantuquiriguaçu/PR. / Angiclei Larentis de Col. -- 2021.

84 f.

Orientadora: Doutora Janete Stoffel

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. agricultura sustentável. 2. agricultura camponesa. 3. coletividade. 4. estudo de caso. 5. desenvolvimento rural. I. Stoffel, Janete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANGICLEI LARENTIS DE COL

**ANÁLISE SOBRE CONDIÇÕES DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA
EM UMA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES, COM PRODUÇÃO
ORGÂNICA, NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU/PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito
para obtenção do título bacharel em Ciências
Econômicas.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em
14/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel - UFFS
Orientadora

Prof^a. Dr^a Letícia da Costa e Silva - UFFS
Avaliadora

Prof^o. Me Yogo Kubiak Canquerino - UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho à minha família e em especial à minha mãe Bernadete Larentis e ao meu pai Amélio De Col e a minha irmã Indianara Larentis De Col.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me mostrar que com Fé você chega a qualquer lugar e por me permitir ter sabedoria e determinação para superar todas as dificuldades encontradas ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe Bernadete Larentis, ao meu pai Amélio De Col e a minha irmã Indianara Larentis De Col, obrigada por acreditarem em mim, por me darem incentivo a estudar, pelo carinho, palavras de conforto e por me darem todo apoio necessário ao longo do curso.

Agradeço imensamente ao meu namorado lindo Jefferson Luiz de Lara por ser essa pessoa incrível que sempre me incentivou a nunca desistir dos meus sonhos, obrigada amor por compreender a minha ausência, meus estresses e minhas crises de ansiedade enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Você foi e é muito importante para mim.

Agradeço aos meus colegas de turma e em especial a Elora Dana Rohsler e a Rosangela de Lima Pires, essas duas amigas maravilhosas que tive o prazer de conhecer e se tornar amiga. Obrigada por caminharem comigo até aqui e por contribuírem ao longo dos semestres com a minha jornada acadêmica.

Agradeço grandemente a minha querida Professora e Orientadora Janete Stoffel por ter aceitado meu convite de orientação, por acreditar em mim e ter superado os desafios junto comigo.

Aos Professores Yogo e Letícia pelas contribuições fornecidas durante a banca de avaliação desta monografia.

E agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS pela oportunidade de ingressar e realizar um sonho, contribuindo na minha formação profissional e pessoal.

E por fim, peço que Deus e Nossa Senhora Aparecida abençoe a vida de cada um com muito sucesso e realizações. A minha gratidão a cada um que contribuiu de alguma forma no progresso da minha vida.

“Seja você quem for, seja qual for à posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá” (Ayrton Senna).

RESUMO

O tema da pesquisa buscou efetuar a identificação de resultados econômicos e financeiros nas unidades de produção em uma associação de agricultores familiares localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Paraná com produção orgânica para avaliar indicadores de viabilidade. O objetivo geral foi analisar as condições de viabilidade das unidades de produção em uma associação de agricultores familiares, com sistema de produção orgânica na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR. Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar e contextualizar, teoricamente, os sistemas de produção orgânicos e seu papel no desenvolvimento rural; b) Identificar os resultados econômicos e financeiros em uma associação de agricultores familiares com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR; c) Analisar a viabilidade econômica e financeira em uma associação de agricultores familiares com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR. Em relação ao método foi utilizado o estudo de caso com pesquisa exploratória e descritiva. Quanto à coleta de dados, utilizou-se de dados primários com abordagem predominantemente qualitativa. Os instrumentos para coleta de dados foram entrevistas (uma presencial e via whatsapp). A análise de viabilidade econômica se baseou no fluxo de caixa anual para o estudo de caso, utilizando-se dos indicadores econômicos Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR), Payback Simples e Descontado e Índice de Lucratividade (IL) para um horizonte de planejamento de seis anos. Quanto aos resultados encontrados nos indicadores mencionados acima, conclui-se que em termos econômicos o investimento passa a ter resultados positivos após 11,61 anos, ou seja, no decorrer do nono ano. Assim, com base nos levantamentos realizados, a Associação de Agricultores apresenta disposição para buscar resultados melhores em sua atividade produtiva, procurando aumentar a renda das famílias associadas seja por meio da atuação coletiva em associação ou na oferta de produtos orgânicos.

Palavras-chaves: agricultura sustentável; agricultura camponesa; coletividade; estudo de caso; desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The research theme sought to identify economic and financial results in production units in an association of family farmers located in the region of the Territory of Citizenship Cantuquiriguaçu in Paraná with organic production to assess indicators of viability. The general objective was to analyze the viability conditions of the production units in an association of family farmers, with an organic production system in the region of the Territory of Citizenship Cantuquiriguaçu/PR. To achieve the general objective, the following specific objectives were defined: a) Characterize and theoretically contextualize organic production systems and their role in rural development; b) Identify the economic and financial results of an association of family farmers with an organic production system, located in the region of the Territory of Citizenship Cantuquiriguaçu/PR; c) To analyze the economic and financial viability of an association of family farmers with an organic production system, located in the Território da Cidadania region of Cantuquiriguaçu/PR. Regarding the method, a case study with exploratory and descriptive research was used. As for data collection, we used primary data with a predominantly qualitative approach. The instruments for data collection were interviews (one in person and via whatsapp). The economic feasibility analysis was based on the annual cash flow for the case study, using the economic indicators Net Present Value (NPV), Internal Rate of Return (IRR), Simple and Discounted Payback and Profitability Index (IL) for a six-year planning horizon. As for the results found in the indicators mentioned above, it is concluded that in economic terms the investment starts to have positive results after 11.61 years, that is, during the ninth year. Thus, based on the surveys carried out, the Association of Farmers is willing to seek better results in its productive activity, seeking to increase the income of member families, either through collective action in association or by offering organic products.

Keywords: sustainable agriculture; peasant agriculture; collectivity; case study; rural development.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1- Integrantes das famílias que são trabalhadores na Associação-----	51
Quadro 2 - Receita Bruta Mensal da Associação-----	53
Gráfico 1 - Fluxo de Caixa Mensal da Associação-----	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Integrantes da Associação por Gênero e Faixa Etária-----	49
Tabela 2 - Nível de Instrução dos integrantes da Associação-----	50
Tabela 3 - Receita Bruta Mensal da Associação-----	55
Tabela 4 - Descrição dos Investimentos Fixos efetuados pela Associação-----	57
Tabela 5 - Depreciação dos bens e equipamentos da Associação-----	59
Tabela 6 - Custos Fixos Mensais da Associação-----	60
Tabela 7 - Custos variáveis mensais da Associação-----	61
Tabela 8 - Fluxo de Caixa mensal da Associação-----	64
Tabela 9 - Fluxo de Caixa Anual da Associação-----	64
Tabela 10 - Fluxo de Caixa Projetado para o período de seis meses -----	65
Tabela 11 - Payback Simples-----	67
Tabela 12 - Payback Descontado-----	67
Tabela 13 - Valor Presente Líquido-----	68
Tabela 14 - Taxa Interna de Retorno-----	69
Tabela 15 - Índice de Lucratividade-----	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19	Coronavírus Disease
IL	Índice de Lucratividade
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAYBACK	Prazo de Retorno de Investimento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
TBT	Triple Bottom Line
TIR	Taxa Interna de Retorno
TMA	Taxa Mínima de Atratividade
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
VPL	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR	20
2.2 A SUSTENTABILIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	24
2.3 PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.4 VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA	31
2.4.1 O Prazo de Retorno do Investimento - payback	32
2.4.2 Valor Presente Líquido (VPL)	33
2.4.3 Taxa Interna de Retorno (TIR)	34
2.4.4 Índice de Lucratividade (IL)	35
3 METODOLOGIA	37
3.1 DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA	37
3.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ESTUDO	38
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	39
3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	41
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO	43
4.2 POPULAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES	48
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	50
4.4 RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS	53
4.4.1 Receitas	54
4.4.2 Investimentos realizados pela associação	54
4.4.3 Depreciação dos investimentos realizados pela associação	57
4.4.4 Custos fixos e variáveis da Associação	58
4.4.5 Fluxo de Caixa	61
4.5 INDICADORES DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA	64
4.5.1 Fluxo de Caixa	64
4.5.2 O Prazo de Retorno de Investimento - PAYBACK	65
4.5.3 Valor Presente Líquido (VPL)	67
4.5.4 Taxa Interna de Retorno (TIR)	68
4.5.5 Índice de Lucratividade (IL)	68

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A - Questionário da visita da Associação de Agricultores	83

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX o desenvolvimento do espaço rural no Brasil passou por grandes modificações. Uma destas mudanças ocorreu na agricultura a partir da década de 1950, devido à modernização da agricultura ou revolução verde, como o uso intensivo de insumos químicos, a mecanização, e êxodo rural que as transformações tecnológicas promoveram no meio rural (CONTERATO, 2008). Neste período o processo de modernização conservadora se expandiu a um fortalecimento do consumo industrial pela agricultura, materializada na presença crescente de defensivos agrícolas e a introdução de máquinas na agricultura (tratores, colheitadeiras), processo este que intensifica a divisão do trabalho familiar (DELGADO, 2005).

A partir de 1990 o desenvolvimento rural passou a ter relevância e um incentivo maior às políticas públicas voltadas à agricultura familiar bem como a preocupação ambiental (NAVARRO, 2011). Neste contexto, segundo Grisa e Schneider (2015) ocorreram importantes alterações no encaminhamento das políticas públicas, a partir deste período, na pauta com os movimentos sociais e com a sociedade civil.

Outrossim, com essas alterações surgiram novas ideias vinculadas ao campo agroecológico, apresentando oportunidades que vinham sendo propostas desde 1990, sendo consolidadas no ano de 2002, com as mudanças políticas que ocorreram, conseguindo relacionar a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar, com fundamento na segurança alimentar e na sustentabilidade. Nesta perspectiva, o meio rural passou a ser visto não somente pelo viés econômico, mas também, social, ambiental, cultural, política e ética, fortalecendo assim, a agricultura familiar pela busca do desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Mediante o surgimento de políticas públicas voltadas para o setor rural, os agricultores passam a ter acesso ao crédito e financiamentos, obtendo uma geração de renda maior, favorecendo o emprego e produção de alimentos, em virtude, principalmente, de uma alimentação saudável e uma melhor qualidade de vida (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013, p. 226).

Segundo Schneider (2003), a agricultura familiar vem ganhando forças a partir da década de 1990, a partir da constatação de que a modernização agrícola não promoveu melhorias na qualidade de vida da população rural, e assim trouxe para o debate preocupações com aspectos que são necessários para o desenvolvimento rural. A agricultura familiar ainda é a principal fonte de mão de obra no meio rural, tem uma forma social produtiva diferente da agricultura patronal, enfatiza a diversidade da produção através do uso de poucos insumos externos e da produção para autoconsumo, com propósito de reduzir a pobreza e a desnutrição no campo. Nas palavras de Veiga (2000, p. 26) “a agricultura familiar é muito mais sustentável, seja em termos de estabilidade, resiliência ou equidade”.

Considerando a importância do desenvolvimento sustentável e de consumidores diferenciados no mercado, a preocupação com o meio ambiente e o mercado interessado em produtos mais saudáveis, a maioria dos produtores domésticos incentiva a produção de alimentos orgânicos (PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013, p. 226). Grisa e Schneider (2015) também ressaltam a contribuição e a valorização da produção orgânica dos produtos em prol da agricultura familiar, incentivando o escoamento da produção.

Cabe ressaltar que, segundo Campanhola e Valarini (2001), devido à crescente demanda por alimentos saudáveis no mundo, a agricultura orgânica tornou-se uma alternativa de renda para os pequenos agricultores. Embora o interesse pela alimentação orgânica ainda seja limitado a um pequeno grupo de famílias, as críticas ao uso de agrotóxicos e a busca por alimentos saudáveis estão se tornando cada vez mais demandados entre a agricultura familiar e os consumidores.

A agricultura familiar dispõe de um papel valoroso no desenvolvimento local e regional colaborando com a geração de renda e emprego no campo. Além de fornecer sustentabilidade econômica e social a muitas famílias que sobrevivem da produção e comercialização de produtos cultivados em suas propriedades (VERGARA et al, 2021).

Vale destacar ainda que os cuidados do meio ambiente devem estar interligados com o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar com o tripé da sustentabilidade econômica pela qual conserva a integridade do planeta, da sociedade e da natureza para as próximas gerações (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, este trabalho apresentou a importância de demonstrar como a análise financeira pode auxiliar uma associação de agricultores na tomada de decisão de investir e de planejar seus investimentos. Deste modo o uso de indicadores econômicos se torna indispensável para garantir a sustentabilidade do planejamento, correspondendo a uma ferramenta relevante para a agricultura familiar, em virtude de que pequenos produtores utilizam na maioria das vezes o conhecimento empírico para realizar suas atividades econômicas em suas propriedades (ALMEIDA et al, 2018).

Para tanto, o presente trabalho tem como tema, a identificação dos seus indicadores financeiros avaliando quais são os resultados econômicos e financeiros nas unidades de produção em uma associação de agricultores familiares localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Paraná com produção orgânica. Desse entendimento, a pergunta de partida que norteia a investigação é: Quais as condições de viabilidade econômica e financeira de uma associação de agricultores familiares, que atuam na produção orgânica, na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR?

Logo, os objetivos deste estudo são apresentados e direcionados em objetivo geral e objetivos específicos desta monografia. O objetivo geral foi analisar as condições de viabilidade das unidades de produção em uma associação de agricultores familiares, com sistema de produção orgânica, na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

Para alcançar o objetivo geral, o desenvolvimento da pesquisa foi expandido nos seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar e contextualizar, teoricamente, os sistemas de produção orgânicos e seu papel no desenvolvimento rural; b) Identificar os resultados econômicos e financeiros em uma associação de agricultores familiares, com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR; c) Analisar a viabilidade econômica e financeira em uma associação de agricultores familiares, com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

Em relação aos motivos que levaram a escolha do tema, é importante destacar que a realidade atual do consumo de alimentos saudáveis vem ocupando cada vez mais espaço na sociedade, e muitas pessoas passaram a reeducar seus

hábitos alimentares e a buscar uma alimentação mais saudável por meio de produtos orgânicos, fazendo com que muitos agricultores modifiquem o seu modo de produzir.

A principal motivação para o consumidor pela procura por produtos orgânicos está relacionada à qualidade de vida, principalmente em termos de saúde e meio ambiente (MOURA, 2010). De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2019), a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira, o que representa 67% de sua produção em todo Brasil. Desta forma, percebe-se o quanto é importante esta categoria da agricultura familiar para garantir a segurança alimentar da população.

A agricultura tem papel fundamental para o desenvolvimento econômico do País, assim, é essencial destacar as propriedades rurais cuja importância se reforça no setor agropecuário. Portanto, o sucesso das atividades rurais dentro de uma associação procede principalmente pelo seu grau de gerenciamento, ligado com o planejamento e valorização do meio em que habitam e dos recursos disponíveis.

Neste contexto, este estudo se justifica por buscar estudar como são as condições de viabilidade econômica e financeira de uma associação de agricultores familiares localizados na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

A análise de viabilidade econômica e financeira se faz importante, visto que, permite aos agricultores familiares analisarem sob quais condições pode ser viável a produção de alimentos orgânicos dentro de sua associação. Desta forma, nota-se a importância do estudo como uma forma de incentivo aos produtores rurais com intuito de corroborar o retorno financeiro que estão obtendo. Do ponto de vista econômico, para Hoffmann (1987, p. 188) “é relevante determinar os resultados econômicos e financeiros das unidades produtivas (empresas ou produtores agropecuários)” e analisar os indicadores de rentabilidade e capacidade de pagamento do investimento, na qual, se tem por finalidade verificar a viabilidade do projeto proposto. Já a análise social e ambiental se faz importante para descrever como esses agricultores estão visualizando resultados nestas dimensões.

O presente trabalho tem relevância por servir como fonte de pesquisa a outros acadêmicos que tenham interesse na área e que desejem aplicar as técnicas de viabilidade econômica e financeira em associações de agricultura familiar. Considerando que o estudo é de suma importância para o desenvolvimento rural e

para a preocupação com a preservação ao meio ambiente, aspecto que vem sendo amplamente discutido no âmbito acadêmico.

Para a acadêmica, o interesse pela pesquisa justifica-se pela aquisição de conhecimentos sobre o tema em estudo. Concomitantemente, pela temática estar relacionada ao projeto de pesquisa no qual a acadêmica atuou como bolsista. O projeto PES 2020-0349 Análise comparativa da viabilidade econômica em sistemas de produção agroecológica e convencional na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR foi desenvolvido no período de agosto de 2020 a julho de 2021, sendo que esta acadêmica foi bolsista de março a julho de 2021. A participação nas atividades, o conhecimento mais aprofundado sobre o tema e a experiência adquirida consiste em uma das justificativas para a realização desta pesquisa.

No que tange à estrutura, este trabalho está dividido em cinco capítulos. Além desta introdução, tem-se o capítulo 2 que apresenta a revisão de literatura que aborda: o desenvolvimento rural e agricultura familiar, a sustentabilidade na agricultura familiar, a produção orgânica como alternativa sustentável na agricultura familiar, a viabilidade econômica e financeira. O capítulo 3 contempla a metodologia utilizada para a realização deste estudo, o capítulo 4 apresenta os resultados e discussões e suas análises e o capítulo 5 as considerações finais, seguidas pelas referências e por um apêndice com o roteiro que embasou o levantamento de informações nas famílias da associação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção do presente referencial teórico são abordadas quatro temáticas que englobam os assuntos: desenvolvimento rural e agricultura familiar; a sustentabilidade; a produção orgânica como alternativa sustentável na agricultura familiar; a viabilidade econômica e financeira.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Mielitz (2013), o desenvolvimento rural se relaciona com a questão agrária. Nesse sentido, o autor destaca que a questão agrária brasileira perpassou por várias etapas desde o período colonial até os dias atuais. No entanto, em todas essas etapas o campo brasileiro foi marcado pela concentração de terras e de renda, por relações sociais patronais e uma dualidade entre o grande produtor e o pequeno agricultor familiar (MIELITZ, 2013).

O aspecto primordial da questão agrária é a concentração de terras, que por sua vez se resume na existência do grande latifúndio, cuja origem se remete ao Brasil colônia, mais precisamente se remete as capitânicas hereditárias, parcela de terras brasileiras que a coroa portuguesa repassava o direito de controle de acordo com a confiança, conveniência e interesses próprios, visando o controle do território. Essa distribuição ficou conhecida como sistema de sesmaria (FILHO; FONTES, 2009). Este modelo, “determinou o uso da terra e definiu substancialmente os caminhos do desenvolvimento econômico” (SCHLESENER; FERNANDES, 2015, p. 132).

Segundo Ramos (2014), no Brasil da década de 1950 e 1960, as condições do campo brasileiro eram incompatíveis com o projeto de desenvolvimento econômico nacional. Assim, de acordo com Delgado (2012), na década de 1950, passaram a se desenvolver duas propostas que tinham como objetivo o desenvolvimento do meio rural brasileiro, uma baseada no que veio a se chamar de revolução verde e outra baseada na reforma agrária, das quais a revolução verde saiu vencedora. A revolução verde foi um processo de modernização conservadora da agricultura, marcado por uma política de crédito agrícola, estímulos para a modernização da produtividade na agricultura, baseando-se principalmente na

mecanização da produção agrícola, agricultura de monocultura e uso agressivo de insumos químicos nas lavouras (DELGADO, 2012).

Segundo Mielitz (2013) a revolução verde favoreceu os grandes produtores agrícolas, pois apesar da política de modernização não excluir formalmente o pequeno produtor, na prática as concessões de crédito privilegiam o grande produtor e os grandes complexos agroindustriais. Em razão disso, esse modelo provoca o agravamento da desigualdade social e econômica, fragilizando as condições de vida dos pequenos produtores (DALLANORA, 2020).

Concomitantemente, o processo de industrialização da agricultura impulsionou fortemente a transição de uma agricultura natural para uma produção processadora de produtos rurais, caracterizando as transformações capitalistas no campo (DELGADO, 2012). Assim, em razão da manutenção de um meio rural concentrador, desigual, excludente, exportador e dependente, a modernização do campo brasileiro, através da revolução verde, é considerada um processo conservador (DALLANORA, 2020).

Ramos (2014) adiciona que esse processo de modernização conservadora é entendido como um processo que fragiliza as pequenas propriedades familiares, que passam a correr riscos de extinção, e potencializa a grande propriedade e a concentração de terras. Ramos (2004) destaca que a principal tese, por trás da revolução verde, é de que apenas a grande propriedade seria eficiente do ponto de vista econômico.

De acordo com Kageyama (2004), é nesse contexto dual que os teóricos brasileiros passam a discutir sobre o desenvolvimento rural. Conforme Delgado (2001), o estudo do desenvolvimento das áreas rurais sofreu alterações ao longo dos anos passando por diferentes enfoques, desde o seu surgimento no início nas décadas de 1950 e 1960 na Europa e Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial.

Em concordância, Navarro (2001) menciona que existem diferenças conceituais para cada enfoque, tais como o desenvolvimento agrícola, agrário e rural. O desenvolvimento agrícola foi fortemente marcado pelo uso do trabalho como fator de produção, voltado exclusivamente para as condições da produção agrícola, produtividade excessiva e uso de tecnologia para a alta mecanização. Navarro (2001) destaca ainda que:

[...] as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições sociais, nos mercados (NAVARRO, 2001, p. 86).

Navarro (2001) expõe que esse enfoque se refere exclusivamente para a produção agrícola e a sua ampliação, um enfoque econômico e financeiro, excluindo da análise demais relações a respeito das dicotomias sociais e questões relacionadas com a preservação e degradação do meio ambiente. De acordo com Ramos (2014) esse paradigma associa a agricultura unicamente com nível de produtividade e valoriza a forte concentração de terras, entendendo a grande propriedade rural como similar às grandes empresas industriais.

Outro enfoque apontado por Navarro (2001) é o desenvolvimento agrário, que vem de um tripé de uma geração que envolve relações com a sociedade maior, não somente à estrutura agrícola, e sim, a uma vida social rural e sua evolução em um dado período. Neste sentido, o desenvolvimento do meio rural surge como resultado de mudanças no âmbito rural, “[...] influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais” (NAVARRO, 2001, p.88).

Neste contexto as condições relacionadas com a produção são compreendidas apenas como uma parte do processo de desenvolvimento e se compreende que o espaço rural, embora diversificado e heterogêneo, é marcado por uma estrutura fundiária desigual e injusta. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento começa a ser analisado “[...] também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais [...]” (NAVARRO, 2001, p.86).

De acordo com Mattei (2004), a partir de meados dos anos 1980 e início da década de 1990, que o desenvolvimento rural teve um novo cenário diante das profundas modificações no meio agropecuário e consequências ambientais e sociais. Cenário esse, que resultou no reconhecimento da importância da agricultura familiar por parte do Estado, trazendo um novo conceito no âmbito rural (SCHNEIDER, 2010).

Kageyama (2004) adiciona que esse novo enfoque, denominado de desenvolvimento rural, se baseia em nas seguintes premissas: o reconhecimento de que a modernização tende a reduzir a demanda por mão de obra, mas a população poderia permanecer no meio rural praticando atividades não-agrícolas; a diversificação das fontes de renda e a pluriatividade; a desaceleração do ritmo do êxodo rural, em razão do aumento do desemprego urbano, e a valorização da ecologia.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural emerge em contraposição ao desenvolvimento agrícola, estabelecendo como alternativa a intervenção por meio das políticas públicas, voltadas para enfrentar os limites postos ao encadeamento à modernização agrícola (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). Diante da grande utilização em larga escala de agrotóxicos e fertilizantes desse modelo de produção adotado (modernização agrícola), intensificou-se, devido à sustentabilidade ambiental e econômica, a necessidade de se produzir alimentos mais saudáveis.

Conforme Schneider (2005) o desenvolvimento rural corresponde a um conjunto de iniciativas que consiste em gerar impactos importantes nas condições de vida das pessoas e aprimorar suas perspectivas em relação à reprodução social, econômica e cultural.

Para Veiga (2001) o desenvolvimento rural segue de uma perspectiva de valorização e de um fortalecimento da agricultura familiar pelas dimensões ambientais e territoriais. Dessa maneira, idealizando a questão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, e que vai das diversificações das economias dos territórios, num processo de desigualdades sociais e preservação ambiental. Veiga (2001) ainda destaca que a agricultura familiar, devido a sua pluriatividade, heterogeneidade e multidimensionalidade, atuam em linha com o proposto pelo desenvolvimento rural.

Segundo Kageyama (2004) a agricultura familiar, ao ser intensiva mão de obra, se adequa à primeira premissa norteadora do desenvolvimento rural, a criação de empregos no campo. A autora também destaca que a pluriatividade também é um elemento em comum entre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Nesse sentido vale destacar que Kageyama (2004) pondera que a pluriatividade seria uma estratégia para a permanência no campo, acompanhando mais uma premissa do desenvolvimento rural, a preocupação quanto à sucessão rural e o êxodo rural.

Além disso, Mielitz (2013) pondera que as estratégias de pluriatividade, utilizadas para assegurar a reprodução da pequena propriedade rural, geralmente são baseadas no turismo rural, artesanato e manifestações culturais. Dessa forma são estratégias condizentes com a valorização da ecologia e dos ecossistemas, uma vez que a própria natureza dessas atividades possui uma forte conexão com o meio ambiente.

Schneider (2004, p. 95) também esclarece que “[...] o crescente interrelacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas”. Segundo o autor, o desenvolvimento rural dentro de uma agricultura familiar, fornece melhoria de renda, aumento da qualidade de vida e uso adequado dos recursos sustentáveis.

Segundo Kageyama (2004) o paradigma da revolução verde e do desenvolvimento agrário, como o único método para elevar a renda e melhorar a qualidade de vida das regiões rurais, vem sendo substituído pelo desenvolvimento rural, que troca o foco produtivista, deixando de potencializar o grande produtor, para um foco de valorização do ecossistema rural e aspectos sociais. Kageyama (2004) ainda evidencia que essa nova vertente passa a defender a criação de novas formas de produção e de comercialização, novas tecnologias, novos mercados e novos produtos como alternativa sustentável para o desenvolvimento do meio rural.

Dessa forma, é possível considerar que a agricultura familiar dentro de um desenvolvimento rural se preocupa com aspectos ambientais e sociais, nesse sentido a seguir serão destacados os indicadores sustentáveis que demonstram a preocupação da produção sustentável em um contexto de produção familiar.

2.2 A SUSTENTABILIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Ao se estudar o conceito de desenvolvimento rural sustentável, verifica-se que se faz necessário englobar a relação entre o sistema econômico e o sistema sustentável, a qual será fundamental para sustentar a continuidade da vida humana e o desenvolvimento de uma comunidade.

De acordo com Veiga (2005) até meados da década de 1970 o conceito de desenvolvimento era identificado apenas como progresso material. Santos et al. (2012) evidencia que, para o pensamento econômico dominante, o desenvolvimento econômico seria estabelecido pelo conjunto de forças individuais operando de forma livre e simultânea, com base nisso seria possível promover um melhor nível de bem-estar geral. Assim, questões econômicas, sociais e mesmo ambientais seriam resolvidas através da atuação livre e engenhosa das forças de mercado.

Para tanto, segundo Silva (2009) o interesse pela sustentabilidade começou no decorrer da década de 1980, dando importância a consciencialização dos países em constatar formas de estimular o crescimento sem afetar o meio ambiente, possibilitando oferecer um bem-estar futuro e promissor. Assim a noção de desenvolvimento foi afetada pela questão ambiental e os termos desenvolvimento e meio ambiente passam a ser indissociáveis (SANTOS et al.,2012).

Veiga (2005) evidencia que o âmago do desenvolvimento sustentável reside em como preservar a capacidade de consumo das pessoas atualmente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. De acordo com Brüseke (1995) para que isso seja alcançado seria necessária uma nova filosofia de desenvolvimento que combinasse eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

O Tripé da Sustentabilidade ou Triple Bottom Line (TBL) foi originado pelo sociólogo e consultor John Elkington (1994), em que conceitua o desenvolvimento sustentável de uma organização através de três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social. Conceito esse, que segundo Savitz e Weber (2007), uma empresa tem que ser sustentável e não depender somente do desempenho financeiro, ou seja, gerar impactos positivos ambientais e sociais, de uma maneira composta.

Ainda Elkington (1997) preconiza que as organizações avaliem o resultado não só com base no rendimento financeiro, mas sob o ponto de vista de seu impacto sobre a economia mais complexa, sobre o meio ambiente e sobre a sociedade em que se atua.

De acordo com Camargo (2003), é relevante que as organizações empresariais, as comunidades e a sociedade obtenham a necessidade de um desenvolvimento sustentável, buscando serem conscientes e responsáveis dos

recursos naturais. Portanto, os três aspectos social, ambiental e econômico se tornam importantes e eficazes quando se fala em sustentabilidade.

Conforme Martine e Alves (2015), o progresso humano alcançado através do modelo econômico capitalista é inegável. No entanto, a partir da década de 1980 começam a existir dúvidas sobre a continuidade desse processo, especialmente no que tange o uso não sustentável de recursos naturais, no que tange a emissão de gases do efeito estufa e a destruição da diversidade biológica.

Desde o surgimento do termo desenvolvimento sustentável, o termo foi se modificando ao longo dos anos até que acabou por introduzir os interesses sociais, ambientais e questões de negócios, onde permanece o conceito de geração de lucro, mas ao mesmo tempo intenciona a busca pela preservação ao meio ambiente e qualidade de vida às pessoas envolvidas (SILVA, 2009).

Brüseke (1995) destaca que as teses básicas por trás da temática do desenvolvimento sustentável são: i) se as tendências de produção, consumo e geração de resíduos continuarem imutáveis, o resultado mais provável é a redução tanto da população como da capacidade de crescimento econômico; ii) é possível alterar as tendências de produção, consumo e geração de resíduos de forma a manter um equilíbrio ambiental e econômico, sem que as necessidades básicas de cada pessoa deixem de ser satisfeitas e iii) quanto mais cedo a população mundial resolver trabalhar em prol do equilíbrio econômico e ambiental, mais cedo este será alcançado.

Martine e Alves (2015) destacam que o esgotamento da base ecológica representa uma das principais limitações da melhoria da qualidade de vida e do progresso econômico, visto que nos últimos anos o sistema de produção e consumo se expandiu por meio da exploração demasiada de recursos naturais. Sachs (2004) destaca que não só a melhoria da qualidade de vida, mas a sobrevivência das sociedades humanas depende do uso eficiente dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente.

Para a superação do modelo de produção, baseado na exploração insustentável de recursos naturais, Ignacy Sachs formula os princípios básicos do desenvolvimento sustentável: a) satisfação das necessidades básicas; b) solidariedade com as gerações futuras; c) participação ativa da população; d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) programas de

educação e f) a formulação de um sistema social que garanta emprego, segurança social respeito para outras culturas (BRÜSEKE, 1995). De acordo com Brüseke (1995) esses princípios básicos deveriam nortear o modelo de desenvolvimento sustentável.

Silva (2009) destaca os três macros do tripé da sustentabilidade, que são nos aspectos ambientais, sociais e econômicos. No aspecto econômico, a sustentabilidade subentende que dentro das organizações existe uma demanda de ser economicamente viável, isto é, que é necessário ser levado em conta a rentabilidade do projeto e seu retorno do investimento realizado. Na questão social, a organização presume boas condições de relacionamento com os colaboradores, boas condições de relacionamento com os fornecedores e boas condições de relacionamentos com os consumidores e em termos ambientais, proporciona condições de desenvolvimento de uma cultura ambiental e busca a responsabilidade ambiental e a não contaminação de qualquer meio do ambiente natural (SILVA, 2009).

O autor Nascimento (2012) destaca que a ênfase na dimensão ambiental do tripé da sustentabilidade. Sendo que, para ser compatível a produção e o consumo devem estar alinhados com a economia, gerando o uso eficiente dos recursos naturais. Nesse sentido, o produzir e consumir de forma consciente são a forma de garantir que transcorra a capacidade de manter os ecossistemas resilientes e preservados.

No momento presente, o desenvolvimento econômico deixa-se um pouco de lado e junto dele se busca o desenvolvimento humano. É mediante ao desenvolvimento social que se recorre a melhorar as condições de vida das pessoas e buscar de forma um desenvolvimento mais amplo (SILVEIRA, 2013).

Carvalho (2007) retrata que a correlação entre crescimento econômico, meio ambiente e justiça social é inegável. Dessa forma, é impossível atingir melhores níveis de bem-estar geral sem considerar ações que impactem simultaneamente os três pontos. Em consequência, desconsiderar a importância do meio ambiente tenderia a levar a um cenário de escassez de recursos naturais e o inevitável colapso (CARVALHO, 2007).

2.3 PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR

O termo produção orgânica é usado com a finalidade de identificar um modelo de produção de alimentos e também de fibras que não faz uso de químicos e de organismos geneticamente modificados (MEDAETS; FONSECA, 2005).

A produção orgânica surgiu em decorrência aos movimentos do final do século XIX. Esses movimentos têm como características a busca por uma melhor qualidade de vida, o que por sua vez criou uma crescente demanda mundial por uma alimentação saudável. Essa demanda por alimentação saudável surge através de uma busca por uma qualidade de vida melhor e que vem se destacando por ser uma das alternativas de renda para os pequenos agricultores (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Segundo Medaets e Fonseca (2005) nos últimos anos a produção orgânica vem assumindo uma produção tamanha que a produção, a distribuição e o consumo de produtos orgânicos vêm sendo discutidos em diversos países e por diversas figuras da sociedade civil.

De acordo com Andrade e Nunes (2001) a demanda por alimentos orgânicos vem aumentando consideravelmente em todo o mundo. Como resultado desse processo de expansão, houve uma ampliação das áreas de cultura destinadas para orgânicos. Além disso, os produtores passam a se organizar em associações com objetivo de compreender e de atender aos requisitos do sistema orgânico de produção (ANDRADE; NUNES, 2001).

Segundo Martí (2010), a produção orgânica de alimentos por meio do manejo ecológico, surge como alternativa para desenvolver modelos de agricultura sustentáveis e corrigir os efeitos negativos do modelo de agricultura convencional. Entende-se como importante a forma de desenvolver alternativas de produção, pois, é através da integração dos sistemas produtivos nas propriedades que a preservação da biodiversidade da natureza se mantém.

Para Moraes e Oliveira (2017) a agricultura orgânica tem como papel garantir a sustentabilidade e a saúde dos ecossistemas e suas biodiversidades, compreendendo desde sua forma de produção até o seu consumo. Além disso,

busca proteger e conservar a fertilidade do solo, cuidando da diversidade genética da produção, buscando a segurança alimentar e o bem-estar humano.

Campanhola e Valarini (2001), os agricultores familiares possuem vantagens e oportunidades de desenvolvimento no âmbito da produção através da agricultura orgânica, em razão da forte diversidade produtiva das pequenas propriedades familiares. Além disso, as propriedades familiares possuem maior intensidade de mão-de-obra, o que gera um aumento de empregos e em alguns nichos de mercado maior valor de venda desses alimentos, elimina o uso de insumos externos e agrotóxicos, prolonga a vida útil do solo e das culturas plantadas.

Em concordância, Aroeira e Fernandes (2009), também reforçam que a produção orgânica é uma boa alternativa para a agricultura familiar, em razão do alto valor agregado ao produto. Dessa forma, a produção orgânica permite que o agricultor disponha de um nível de renda maior e ainda tem como propósito garantir a conservação dos recursos naturais, devido à baixa dependência de insumos químicos.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2019), a agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil, sendo responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos nas mesas brasileiras. MAPA (2019) ainda destaca que a agricultura familiar é constituída de pequenos produtores rurais, que tem a terra como seu maior patrimônio, cujos a maior fonte de renda é gerada pela atividade produtiva agropecuária.

Medaets e Fonseca (2005) apontam aspectos que se fazem relevantes na relação entre os agricultores familiares em seu envolvimento com a produção orgânica. Sob a ótica econômica, a produção orgânica demanda de um intenso uso de mão-de-obra, que normalmente é um recurso que a agricultura familiar possui em maior quantidade, fator este que permite a venda do produto por um preço mais elevado, garantindo uma renda familiar mais elevada.

Neto et al. (2010) retratam que a produção orgânica apresenta uma vantagem econômica para a agricultura familiar, pois a agricultura tradicional apresenta uma lógica baseada em produção em escala, o que exige a presença de uma grande área territorial destinada ao plantio, e em custos crescentes.

Medaets e Fonseca (2005) ainda destacam que a renda mais elevada provém da inserção em nichos de mercado que estão dispostos a pagar um preço mais

elevado por um produto de melhor qualidade, especialmente em razão da redução do uso de insumos externos nas propriedades orgânicas. Assim, o mercado consumidor, em busca de uma melhor qualidade de vida, se dispõe a pagar um preço mais elevado, desde que seja garantida a procedência do alimento que estão consumindo.

Segundo Neto et al. (2010), a inserção em nichos de mercado, geralmente restritos e seletos, é uma boa alternativa para pequenos produtores, pois permite uma relação mais próxima com os consumidores e fortalece as relações de confiança entre produtor e consumidor. Além de permitir que produtores, que não atingem uma grande escala produtiva, possam disponibilizar os seus produtos diretamente para o mercado consumidor. Para Medaets e Fonseca (2005), inicialmente a comercialização acontece via circuitos curtos. Contudo, conforme a demanda vai se ampliando, existe um aumento geográfico desses circuitos, que passam a abranger cadeias de produção e comercialização internacionais.

Para tanto, a agricultura familiar tem a possibilidade de acessar o mercado institucional, trazendo como alternativa a aproximação do consumidor, a produção de base familiar de pequenos produtores, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com Grisa e Schneider (2015), esses dois programas têm incentivo dos governos estaduais e municipais a consagrar mecanismos de compras públicas, contribuindo para a valorização da produção local e regional de produtos orgânicos por meio da agricultura familiar.

Outro aspecto é a ótica ambiental, Medaets e Fonseca (2005) destacam que o produto orgânico enriquece a diversidade biológica proporcionando um padrão alimentar mais sustentável para as famílias, em razão da diversidade produtiva, que fornece uma alimentação mais balanceada e mais saudável. Além disso, a produção orgânica conserva a qualidade da água, dos solos e do próprio produto que o agricultor consome de sua produção.

Neto et al. (2010) destacam que a produção orgânica é um modelo produtivo que se beneficia e incentiva a preservação e a expansão da biodiversidade dos ecossistemas naturais. De acordo com os autores, a produção orgânica fomenta a integração entre o ser humano, na figura do agricultor, e a natureza.

No aspecto social, um fator importante é a relação com a saúde humana, nesse sentido a produção orgânica caminha no sentido de proteger os agricultores dos insumos químicos que prejudicam a saúde. Outro elemento fundamental, no que tange a questão social, é a geração de tecnologia e a adaptabilidade desse modelo para a produção familiar, atores sociais que vinham sendo ignorados pelas agendas de geração de tecnologias produtivas (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Para Maluf (2004) a produção agroalimentar é de suma importância para o desenvolvimento da agricultura familiar. Com o incentivo para produção de alimentos orgânicos, consegue ter qualidade e diversidade no produto, além de alimentos produzidos de forma mais sustentável. O autor supracitado ainda afirma que o pequeno produtor pode alcançar uma geração de renda maior e efetividade dentro do mercado de sua região, mantendo sua família de forma digna no meio rural com disponibilidade de alimentos mais saudáveis e para consumo próprio.

Esse novo modelo de produção agrícola vem sendo construído com a ideia de sustentabilidade, procurando promover simultaneamente a preservação do meio ambiente e melhor condição de vida para os produtores rurais. Assim, a produção orgânica ocupa espaço importante no cenário comercial nacional e internacional, colaborando para a sustentabilidade do meio ambiente e para o sustento da agricultura familiar. Dessa forma, é relevante considerar que o modelo de produção orgânica se preocupa com três pilares, o ambiental, o social e o econômico, nesse sentido a seguir serão destacados os indicadores econômicos que demonstram a viabilidade da produção em um contexto de produção familiar (NETO et al., 2010).

2.4 VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Elaborar uma análise financeira da produção orgânica é extremamente importante para constatar a viabilidade econômica em se produzir produtos orgânicos, possibilitando que uma associação conheça os resultados financeiros obtidos no decorrer de um período. Nesta pesquisa é relevante analisar os indicadores econômicos que demonstram a viabilidade da produção orgânica dentro das unidades de cada família que faz parte da Associação de Agricultores de produção familiar, assim a análise de viabilidade auxilia na tomada de decisões através desses indicadores.

De acordo com Hoffmann (1976), adotar métodos para uma administração rural é de suma importância para alcançar a viabilidade financeira e obter resultados compensadores e contínuos. Sendo assim, é fundamental efetuar o levantamento dos custos em relação ao fluxo de caixa do projeto, determinando as entradas e saídas dos recursos encontrados da propriedade familiar durante a execução do estudo de caso (Macedo et al., 2007).

Para a análise de viabilidade econômica e financeira deste trabalho serão considerados os indicadores para efetuar os seguintes cálculos: payback, valor presente líquido, taxa interna de retorno e índice de lucratividade, os quais são abordados a seguir.

2.4.1 O Prazo de Retorno do Investimento - payback

O payback consiste na determinação do tempo necessário para que uma empresa recupere um investimento inicial de um projeto, ou seja, o ano/ mês necessário que deverá ser transcorrido para que o investimento realizado seja recuperado (GITMAN, 2010, p. 366).

Para Ross (2000), o payback é o período estabelecido para que o investimento gere fluxos de caixa suficientes para resgatar o valor investido. O período de payback pode ser considerado com uma técnica pouco elaborada de análise de orçamento de capital, pois não deixa claro o valor do dinheiro no tempo (GITMAN, 2010).

De acordo com Ribeiro (2006) o tempo do retorno do investimento (payback) é o método mais simples, pois consiste na quantificação do tempo necessário para que o custo de capital se torne recuperado pelos benefícios líquidos, ou seja, pelo fluxo de caixa. Sendo assim, o período de payback é calculado por:

$$\text{Payback} = \frac{\text{Valor do Investimento}}{\text{Valor dos Fluxos de Caixa}}$$

Segundo Gitman (2004) na tomada de decisões, o payback pode ser considerado através dos seguintes critérios:

- Se o período de payback for menor que o período máximo de recuperação permitido, o projeto pode ser aceito.
- Se o período de payback for maior que o período máximo de recuperação permitido, o projeto pode ser rejeitado.

Sendo assim, quanto maior for o prazo determinado, maior será o risco envolvido no projeto de investimento e, menor o risco do empreendimento se menor for o payback.

O método payback pode ser analisado pelos métodos de cálculos segmentado em payback simples e descontado, dos quais, em ambos a diferença está no fator tempo. Conforme Bordeaux-Rêgo *et al* (2013) o método payback simples considera o tempo de retorno do capital investido, mas não leva em conta o valor do dinheiro no tempo, estabelece um prazo máximo para a recuperação do investimento.

Indicador mais complexo, o método payback descontado é o período necessário para recuperar o investimento inicial, considerando o custo de oportunidade do capital investido. É calculado a partir da data inicial do fluxo de caixa até a data mais próxima do valor do investimento inicial pela soma presente dos valores positivos do fluxo de caixa (PUCCINI, 2011).

2.4.2 Valor Presente Líquido (VPL)

O Valor Presente Líquido (VPL) é considerado uma técnica sofisticada de orçamento de capital, levando em conta claramente o valor do dinheiro no tempo e descontando os fluxos de caixa da empresa a uma taxa estipulada (GITMAN, 2004). Essa taxa condiz ao retorno mínimo recomendado no projeto, de modo que mantenha inalterado o valor de mercado da empresa, sendo que, essas taxas utilizadas podem ser classificadas como taxa de desconto, custo de oportunidade ou custo de capital.

Para Souza e Clemente (2009), o VPL é a junção de valores esperados de um fluxo de caixa na data zero, fundamentado como uma técnica robusta de análise de investimento de tal forma mais utilizada e conhecida.

Sendo assim, o VPL é definido como o valor presente dos fluxos de caixa inferidos o valor inicial do investimento, seguindo da equação:

$$VPL = -I + \sum_{t=1}^n \frac{FCt}{(1+r)^t} + \frac{VR}{(1+r)^n}$$

Sendo:

- I é o investimento inicial;
- FCt é o fluxo de caixa líquido na data “t”;
- r é o custo de capital definido pela empresa;
- VR é o valor residual do projeto ao final do período de análise (n-ésimo período).

Segundo Gitman (2004) para a tomada de decisões de aceitação, o VPL deve considerar os seguintes critérios:

- Se o VPL for maior que 0, será aceito o projeto.
- Se o VPL for menor que 0, será rejeitado o projeto.

Ou seja, a empresa alcançará retorno superior a seu custo de capital se o VPL for maior que 0.

2.4.3 Taxa Interna de Retorno (TIR)

A Taxa Interna de Retorno é a taxa de desconto que sobreposta aos valores de Fluxo de Caixa iguala o valor presente das entradas com as saídas, fazendo com que o VPL equivale a zero (RIBEIRO, 2006). Segundo Gitman (2004) a Taxa Interna de Retorno é considerada uma técnica melhorada de orçamento de capital, também conceitua como uma taxa de desconto que faz seu valor presente líquido ser igual a zero.

Para Buarque (1984) a TIR desempenha diversos projetos diferentes e os compara à rentabilidade geral da economia, sendo que equivale ao custo de oportunidade do capital. Cada projeto será aceitável diante da taxa interna de retorno superior ao custo de oportunidade, ou seja, se a Taxa Interna de Retorno for maior que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA), possuindo assim rentabilidade positiva (RIBEIRO, 2006).

Casarotto Filho (2009, p. 228) complementa que a TIR “[...] requer o cálculo da taxa que zera o valor presente dos fluxos de caixa das alternativas”. Deste modo, se a TIR de um projeto de investimento for maior que o custo de capital, o projeto será rentável.

A fórmula para calcular o TIR pode ser considerada da seguinte forma igualando a zero:

$$VPL = -I + \sum_{t=1}^n \frac{FCt}{(1+r)^t} + \frac{VR}{(1+r)^n} = 0$$

Sendo:

- I é o investimento inicial;
- FCt é o fluxo de caixa líquido na data "t";
- r é o custo de capital definido pela empresa;
- VR é o valor residual do projeto ao final do período de análise (n-ésimo período).

De acordo com a fórmula descrita, pode-se verificar que a Taxa Interna de Retorno é igual ao fluxo de caixa até o valor inicial do investimento e, por meio dessa ferramenta, o gestor poderá mensurar a rentabilidade do projeto.

Portanto, para calcular o TIR se faz necessário compreender o custo de oportunidade do capital, para analisar a melhor alternativa de um mesmo projeto e entre projetos com poucas diferenças de investimento. Caracterizando como sendo o melhor instrumento para determinar o mérito comparativo de projetos (BUARQUE, 1984).

2.4.4 Índice de Lucratividade (IL)

O Índice de Lucratividade (IL) é uma medida de quanto se espera receber por unidade de capital investido (BUARQUE, 1984). O IL é uma variante do método VPL, o qual é determinado por meio da divisão do valor presente dos benefícios líquidos de caixa pelo valor presente dos dispêndios (ASSAF NETO, 2014).

De acordo com Bordeaux-Rêgo *et al* (2013), o índice de lucratividade mede o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o investimento inicial, sendo:

$$IL = VP / I \quad \text{ou} \quad IL = (VPL + I) / I.$$

O critério do IL para a decisão de aceitar ou rejeitar uma proposta de investimento é de fácil compreensão, ou seja, se:

- $IL > 1$: o projeto deve ser aceito ($VPL > 0$), pois para cada unidade de investimento, o valor presente dos futuros fluxos de caixa é maior que 1.

- $IL = 1$: o projeto é considerado atraente, pois remunera o investidor em sua TMA, deve ser aceito, pois para cada unidade de investimento, o valor presente dos futuros fluxos de caixa é igual a 1.
- $IL < 1$: o projeto apresenta um VPL negativo, portanto, deve ser rejeitado, pois para cada unidade de investimento, o valor presente dos futuros fluxos de caixa é menor do que 1.

Em resumo, o investimento deverá ser aceito se ao menos o $IL = 1$, portanto, a soma dos fluxos de caixa produzidos ou descontados pela taxa escolhida, será igual ao investimento inicial (BORDEAUX-RÉGO *et al* 2013).

3 METODOLOGIA

Esta seção teve como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para resolver o problema de pesquisa desta monografia, sendo eles: delineamento da pesquisa; breve caracterização da unidade de estudo; procedimentos de coleta de dados; procedimentos de análise de dados e as limitações do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se por ser de natureza aplicada, pois tem como propósito estabelecer soluções aos problemas humanos, ou seja, buscar entender como lidar com um problema e solucioná-lo (ZANELLA, 2013). Desta maneira, sendo aplicada à realidade de agricultores familiares localizados na Região do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu/PR, que atuam em um sistema de produção orgânica.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica por ser exploratória e descritiva. Para Gil (2010) a pesquisa exploratória tem por finalidade proporcionar maior esclarecimento e familiaridade com o problema, com propósito de aproximação de determinado fato ou hipóteses. Triviños (1992, p.109) afirma que “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. Neste tocante, buscou identificar os fatores que auxiliam nas condições da Associação de Agricultores com produção orgânica, para auferir os elementos suficientes que lhe permitam alcançar os resultados de viabilidade econômica e financeira existentes para a realidade estudada.

De acordo com Gil (2008, p. 28), na pesquisa descritiva o principal objetivo é descrever e identificar as características de determinada população ou fenômeno, determinando suas variáveis. No caso desta pesquisa foram apresentados os resultados econômicos de uma associação de agricultores familiares que produzem orgânicos.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 54) o delineamento da pesquisa refere-se ao seu planejamento e desenvolvimento com uma ampla proporção, considerando o ambiente em que são coletados e formas de controle das variáveis envolvidas. O

presente trabalho, no que se refere ao procedimento de coleta de dados, classificou-se inicialmente como uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de trabalhos já publicados e nesta pesquisa foram utilizados trabalhos científicos como dissertações, teses, artigos e livros que discorrem sobre o tema proposto (GIL, 2010). Quanto a esse método, a pesquisa procurou conhecer estudos anteriores sobre a importância da agricultura familiar dentro do desenvolvimento rural, o papel da produção orgânica para a agricultura familiar, a sustentabilidade na agricultura familiar e os indicadores econômicos e financeiros.

Em um segundo momento esta pesquisa realizou uma pesquisa de campo, na qual efetuou um levantamento de dados primários junto aos agricultores familiares da associação escolhida para o estudo de caso. Para a obtenção dos dados primários realizou-se uma visita com entrevista (primeira parte) na monografia I, com o suporte de um roteiro semi-estruturado, com perguntas que estão apresentadas no apêndice A, e a segunda parte da entrevista foi realizada na monografia II, contando com entrevistas via a rede social whatsapp utilizando a segunda parte do roteiro do apêndice A. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa de campo tem por objetivo coletar informações e conhecimentos a respeito de um problema, que consiste em obter uma resposta, com a qual se pretende comprovar ou analisar novos fenômenos.

As entrevistas semi-estruturadas podem ser definidas segundo Lakatos e Marconi (2010), como perguntas abertas onde o entrevistador tem a liberdade de desenvolver a entrevista com poder de explorar mais amplamente a questão. O questionário é constituído por perguntas ordenadas de forma que sejam respondidas de forma simples e direta, seguido de perguntas abertas que permitem que o informante responda livremente (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na próxima seção é apresentada uma caracterização inicial da unidade de estudo utilizada neste trabalho de monografia.

3.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ESTUDO

A associação de agricultores familiares camponeses que foi pesquisada produz em sistema de produção orgânica e está localizada na Região do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu/PR. A associação foi constituída no ano de 2018,

sendo formada por camponeses de um acampamento, constituída atualmente por seis famílias que buscam organizar a produção e a comercialização de seus produtos no ramo da produção sustentável. O trabalho em associação busca proporcionar aos seus integrantes a possibilidade de manter suas famílias trabalhando no campo, dispendo como fator importante à geração de trabalho e renda.

A Associação de Agricultores se destaca através das produções da cultura de subsistência, sendo eles o setor da agropecuária, onde sua atividade faz a utilização do solo para a produção de hortaliças e raízes. No setor da agroindústria, transformam matérias primas em produtos panificados. E por fim, no setor do comércio, comercializam seu produto diretamente para o consumidor.

Os agricultores familiares trabalham com a venda de cestas coloniais, ou seja, produção e comercialização de cestas de alimentos coloniais com a entrega direta na casa do cliente. Para isso, a seção a seguir irá detalhar os procedimentos de coleta de dados utilizados para o desenvolvimento das análises nesta pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Em concordância com a seção anterior sobre delineamento das etapas de pesquisa, a proposta da pesquisa utilizou, inicialmente, como procedimento de coleta de dados fontes bibliográficas, consultadas por meio de estudos anteriores. Este estudo foi efetuado em livros, artigos periódicos, revistas, teses e dissertações, buscando elaborar conceitos sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e o papel da produção orgânica para a agricultura familiar, bem como aspectos da sustentabilidade e indicadores econômicos e financeiros.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de uma visita junto à associação familiar e por entrevistas e conversas via a rede social whatsapp, mediante a utilização dos instrumentos de entrevista e um roteiro com perguntas previamente estruturadas. A coleta de dados efetuada na visita presencial aconteceu juntamente com os agricultores familiares da associação, momento em que a pesquisadora se relacionou diretamente com as pessoas envolvidas, interrogando-as. Já na entrevista via whatsapp, o entrevistado foi o presidente da Associação,

sendo este quem tinha mais conhecimento sobre a realidade da Associação, bem como sobre a produção dos integrantes do grupo.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como estudo de caso. Segundo Prodanov e Freitas (2013) esse estudo consiste em coletar e averiguar informações mediante determinado indivíduo, uma associação, uma família, um grupo pequeno ou grande. Nestes tendo-se, como objetivo encontrar fenômenos inseridos em algum contexto da vida real.

O estudo de caso permite o aprofundamento do estudo com objetivo de amplo e detalhado conhecimento referente à associação de agricultores familiares, que trabalham com sistema de produção orgânica. As informações coletadas sobre a associação foram, dentre elas: o detalhamento das funções e organização desses produtores orgânicos, preço e venda dos alimentos, a forma como produzem, buscando conhecer a situação da vida real destas famílias, para tanto, seus gastos, custos, investimentos para alcançar os cálculos de viabilidade econômica e financeira.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, a natureza do estudo classifica-se tanto como quantitativa quanto qualitativa. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa é caracterizada por traduzir em números informações e opiniões para analisá-las. Utiliza o uso de recursos estatísticos, fórmulas, hipóteses e classifica a relação entre as variáveis para garantir a clareza dos resultados obtidos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesse estudo, a abordagem quantitativa é ilustrada através da coleta de dados encontrados dentro do estudo de caso, utilizando os recursos estatísticos para obtenção dos números que representam determinado fenômeno, assim como a aplicação de metodologias direcionadas para a obtenção de resultados quantitativos, tais como os resultados de viabilidade econômica e financeira.

Para a pesquisa qualitativa, Gil (2008) conceitua apenas a relação dinâmica entre o pesquisador e os materiais obtidos, não possuindo fórmula em números. Nesta pesquisa demanda-se um cenário de levantamento de análises de dados, entrevistas, questionários, que são utilizados na abordagem descritiva. Gil (2008) ainda destaca que, do mesmo modo, um estudo de caso terá um conhecimento mais aprofundado das características do objeto de estudo. Assim, através de uma visita e entrevistas, essa pesquisa tem como objetivo produzir conhecimentos mais

aprofundados sobre as características das famílias e como é sua rotina em torno da produção orgânica, caracterizando esta etapa como um estudo qualitativo.

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Logo após a coleta de dados é necessário realizar a análise e interpretação destes. Neste sentido, a leitura bibliográfica trouxe uma revisão dos principais conceitos utilizados para esta monografia. Os dados obtidos pela entrevista e pelos questionários por meio da pesquisa de campo e conversas pelo whatsapp foram apresentados no decorrer do estudo do trabalho, expondo os resultados em tabelas e quadros para melhor compreensão do leitor.

A partir da coleta dos dados primários, foi possível elaborar os cálculos de viabilidade econômica e financeira, sendo eles PAYBACK, VPL, TIR e Índice de Lucratividade, indicadores estes que estão teoricamente apresentados no capítulo 4 de revisão de literatura na seção 2.4 de viabilidade econômica e financeira deste trabalho e podem ser visualizados os resultados dos cálculos realizados por esta pesquisa.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Os resultados da presente pesquisa, por se tratar de um estudo de viabilidade econômica, financeira em um estudo de caso, se faz útil apenas para a pesquisa em questão, se torna limitada no sentido de que os resultados alcançados sejam aplicáveis somente na associação de agricultores familiares pesquisada. Pois cada local tem uma realidade diferente, para tanto, o seu resultado se faz importante para poder entender a realidade desses agricultores familiares dentro de uma associação que se constitui por produtores orgânicos.

Outro limite importante em que se apresenta neste estudo de caso é devido à pandemia do COVID-19, a qual dificulta a livre mobilidade para a busca de informações. A necessidade de efetuar a busca de informações por meio do whatsapp dificultou a obtenção mais ampla de informações. Constatou-se que as famílias e a associação ainda não possuem registro de todas as informações da

produção e dos custos. Assim, os resultados aqui apresentados decorrem das informações que foram possíveis obter diante do método de pesquisa escolhido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem o objetivo de descrever características da Associação de Agricultores, objeto de estudo da presente monografia. No capítulo são apresentadas informações sobre localização, atividades que são desenvolvidas, dados que estão relacionados aos investimentos e custos de produção, entre outras informações importantes para calcular a viabilidade econômica e financeira das unidades familiar estudada e que atuam na produção orgânica.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O estudo de caso foi realizado com pequenos produtores familiares da Associação de Agricultores oriundos da agricultura sustentável, localizados em um acampamento no meio rural do Município de Laranjeiras do Sul-PR na Região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu-PR.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, desenvolveu um projeto de extensão no ano de 2018, voltado à realização de atividades nesta comunidade de agricultores familiares. Esse projeto teve como intuito aprimorar os conhecimentos dentro da Associação de Pequenos Agricultores (conforme apresentado por COSTA, 2020, pág. 276). Este trabalho é denominado Projeto de Gestão coletiva em Associação de pequenos produtores da agricultura familiar: trabalho, educação, produção e geração de renda (COSTA, 2020).

O projeto teve como objetivos contribuir e qualificar esses produtores familiares, buscando desenvolver aspectos sobre como administrar e suprir as necessidades existentes dentro da Associação. As ações visaram contribuir na potencialização da produção de alimentos orgânicos de maneira sustentável, auxiliando no escoamento da produção e tornando a Associação mais visível ao consumidor de alimentos saudáveis que possa ser alcançado pelos agricultores (COSTA, 2020).

A partir da parceria entre a Associação de Pequenos Agricultores e o Projeto de extensão da UFFS, desenvolvido no mesmo ano de 2018, ocorreram mudanças internas quando houve uma troca de diretoria, sendo observadas divergências de ideias entre os agricultores do acampamento em questão. Um dos motivos alegados para esse rompimento das famílias da Associação em questão era a alta perda de produtos comercializados, uma vez que produziam e acabavam perdendo muitos

alimentos por não haver controle. Desta forma, a nova gestão rompe com as atividades do projeto, e quem permanece participando do projeto é um novo grupo com duas famílias camponesas que constituíram a “Associação de agricultores¹” (COSTA, 2020).

A fundação de Associação de Agricultores ocorreu no mês de outubro do ano de 2018, iniciada por duas famílias de pequenos agricultores de origem camponesa, acampados na comunidade Recanto da Natureza e tendo como objetivo a produção de alimentos de base sustentável. No decorrer do tempo mais quatro famílias foram se aliando a este grupo inicial. A área de produção destas famílias corresponde a 143,00 alqueires, fazendo divisa com o Assentamento Passo Liso e a Comunidade Rio Verde, no município de Laranjeiras do Sul. A Associação de Agricultores Camponeses está localizada a 25 quilômetros de distância do perímetro urbano do Município (COSTA, 2020) ².

Segundo COSTA (2020) o projeto da UFFS desenvolveu as seguintes atividades para melhor formação da família dos produtores:

a) Curso de Violão, ministrado em escola rural da Comunidade Passo Liso para filhos de agricultores; b) Encontros entre professores e produtores rurais para orientações sobre gestão contábil e financeira; c) Assistência técnica na produção de hortaliças; d) Apoio e organização na área mercadológica para comercialização da produção camponesa; e) realização de oficinas e seminário de avaliação e participação em eventos (COSTA, 2020, p.277).

De acordo com as atividades citadas acima, estas contribuíram para o conhecimento aplicado na forma de práticas difundidas pela Universidade. De forma benéfica, a experiência que esses agricultores obtiveram dentro desse projeto, despertou o interesse para uma nova ideia de comercialização de alimentos de base orgânica produzidos na Associação.

No decorrer do tempo, os colaboradores do projeto em desenvolvimento por docentes da UFFS e os agricultores familiares envolvidos, definiram que, entregar alimentos frescos e de qualidade pessoalmente na residência do consumidor,

¹ Nome fictício usado para preservação das famílias da Associação.

² A tese de Costa (2020) fez um estudo de caso sobre a Associação estudada, tendo como tema Abordagem territorial do desenvolvimento e a Universidade Pública: uma análise das contribuições da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Laranjeiras do Sul – para o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de suas ações de extensão. A tese é uma fonte importante de informações, mas as abordagens são diferentes, sendo que esta monografia se propõe desenvolver aspectos de viabilidade econômica e financeira.

corresponderia a uma alternativa de geração de renda e subsistência para a agricultura familiar da Associação.

A iniciativa implementada foi da elaboração de cestas de produtos coloniais, ou seja, cestas padronizadas de alimentos, intercalando mercadoria *in natura* e processados. Os processados são panifícios fabricados em umas das casas dos agricultores, onde é produzida toda a parte das massas. O objetivo pelo qual se concedeu na produção de cestas fechadas destinou-se pela questão de que se tenha melhor aproveitamento desses produtos na hora da comercialização. Referindo-se à quantidade certa de cultivos por semana e para não restarem sobras de mercado se não fossem vendidas de forma fechada.

Sua produção tem caráter orgânico, sendo produzida de modo sustentável sem o uso intensivo de insumos químicos ou agrotóxicos, utilizando adubos naturais e preservando os recursos nativos das propriedades da associação, além de produzir alimentos saudáveis e de boa qualidade. No entanto, a organização não apresenta ainda certificação orgânica³, apesar da produção ser realizada seguindo boa parte dos parâmetros adequados para esse tipo de produção.

A Associação de Agricultores atualmente (2021) é composta por seis famílias cadastradas em atas da Associação. Para preservar a identidade pessoal optou-se por não apresentar os nomes dos agricultores, sendo assim, foi adotado o uso de pseudônimos de acordo seguindo a ordem alfabética dos nomes dos associados. Estes foram identificados por letras e números, denominados então de famílias A1 até A6.

A família A1 é formada por casal e dois filhos, onde o homem tem cinquenta e cinco anos e é responsável pela presidência da Associação, desempenha também o papel de motorista para a entrega das cestas coloniais e contribui na colheita dos produtos. Sua esposa com quarenta e quatro anos tem como função desde o plantio das hortaliças, na separação desses alimentos para comercialização, além de auxiliar na produção dos produtos panificados. Já o filho mais velho de dezesseis anos é responsável pela parte financeira das vendas dessas cestas coloniais e pela divulgação em redes sociais desta comercialização e o filho mais novo de dez anos é estudante da quinta série do ensino fundamental.

³ Nas vendas diretas o consumidor não é necessária a certificação (MAPA, 2020).

A família A2 é constituída por um casal e um filho, sendo o marido o vice-presidente da Associação com quarenta e nove anos. Este, em conjunto com sua esposa de quarenta e um anos realizam a produção das hortaliças e derivados do leite (queijo), a esposa ainda trabalha na fabricação de panificados. O filho com dezesseis anos, além de ser estudante, realiza o acompanhamento na organização das hortaliças na propriedade da família e nas demais propriedades da Associação.

Na família A3 fazem parte uma mãe e três filhos, sendo a mãe, com quarenta e dois anos, responsável pela produção de panificados e cultivo de hortaliças, seu filho mais velho de vinte e dois anos presta serviços dentro da Associação como secretário e ajudante nas entregas das cestas coloniais, sendo também, estudante no curso de agronomia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E seus dois filhos mais novos, sendo uma menina de onze anos e um menino de seis anos, estudantes do ensino fundamental.

A família A4 é composta por um casal e três filhos, o casal trabalha na produção das hortaliças, a esposa colabora na produção dos panificados, ele com cinquenta anos e ela com trinta e três anos. Possui um filho de quinze anos estudante, uma filha de nove anos que estuda no quarto ano fundamental e um filho de dois anos.

A família A5 é formada pelo casal e cinco filhos, o marido com idade cinquenta e quatro anos e sua esposa de trinta e quatro cuidam das hortaliças e raízes. Seu filho mais velho de dezenove anos tem o ensino médio completo, e os outros três filhos são da idade de seis anos, dois anos e uma de três meses. E a última família A6 é formada por um homem de cinquenta e nove anos e que atua nas produções das hortaliças e frutas.

A Associação está organizada de forma comunitária e desfruta de uma horta coletiva, localizada em uma das propriedades, na qual o trabalho é realizado por todos os associados. Sua principal atividade econômica consiste na comercialização de cestas de produtos orgânicos, compostas por hortaliças e frutas e um item de panifício/massas. Os produtos embalados individualmente em sacos plásticos são entregues em caixas plásticas reutilizáveis, ou seja, os alimentos são levados nas caixas até o consumidor, entregues e desocupados para assim utilizar novamente na entrega para outro consumidor. A cesta é preparada de forma fechada, sendo comercializadas atualmente 50 cestas por semana, havendo a possibilidade de encomendar outros produtos além dos que compõem as cestas. A Associação utiliza

o whatsapp, instagram, facebook e panfletos para a divulgação de seus produtos, promovendo uma maior visibilidade e interação com seus clientes.

A comercialização das cestas ocorre de forma direta com os consumidores, não sendo atualmente utilizados outros canais como mercados ou feiras, sendo que as entregas são realizadas com o auxílio de um veículo de propriedade da Associação. As entregas das cestas coloniais para os consumidores, que efetuam compras semanais, são realizadas nas quartas-feiras e para os consumidores que compram quinzenalmente esta entrega é efetuada nas sextas-feiras, sendo realizadas nos horários das 7 horas até às 11 horas da manhã. Buscando um maior vínculo de confiança entre seus consumidores, as entregas são realizadas em local escolhido pelo cliente. Embora as entregas sejam semanais, a vigência do pagamento foi determinada como mensal, na iminência de controlar e fidelizar um compromisso entre o produtor e consumidor. O pagamento geralmente é realizado no começo de cada mês, definida por depósito/transferência ou Pix para um dos associados, por boleto bancário ou diretamente para o entregador.

Além da comercialização das cestas de produtos coloniais, a Associação realizava um projeto de Ecoturismo, chamado de Circuito de Ecoturismo Rural, que correspondia a uma forma alternativa de renda para a Associação e uma forma de aproximação entre o campo e a cidade. O ecoturismo surgiu com intuito de relacionar a natureza com o homem e buscar trazer a realidade dos associados, conhecendo novos lugares, passeios e diversidades destes. Esse projeto contribuiu financeiramente para as famílias da Associação com vendas de café da manhã, almoço e café da tarde. Entretanto, devido à pandemia do covid-19 o projeto deixou de ser realizado no início do ano de 2020. A perspectiva da Associação é retomar estas atividades tão logo as condições sanitárias impostas pela pandemia acabem permitindo a retomada da realização deste tipo de atividade.

Após a caracterização das famílias da Associação, na próxima seção são abordadas as condições socioeconômicas das famílias da Associação pesquisadas para este estudo.

4.2 POPULAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES

O número médio de pessoas por famílias está entre 3 e 5 pessoas, correspondendo a um total de vinte e quatro integrantes. Deste total, 66,66% dos componentes são do sexo masculino. A faixa etária dos agricultores que são produtores na Associação, sendo eles jovens e adultos, variou de 16 anos a 60 anos, onde a faixa etária predominante entre os dois gêneros foi de 41 anos, equivalentes a 33,33%. Perante o exposto, percebe-se que as famílias da Associação são pessoas jovens, com filhos pequenos e adolescentes, mas que são produtores experientes e que vêm trabalhando há anos na atividade agrícola.

Tabela 1 - Integrantes da Associação por Gênero e Faixa Etária

Gênero (%)			Faixa etária		
	N	%		N	%
Masculino	16	66,66	<15 anos	10	41,66
			16 a 40 anos	6	25
Feminino	8	33,34	> 41 anos	8	33,33
Total	24	100		24	100

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação à faixa etária da população das crianças, corroborou com 41,66% da população, no entanto não são considerados como produtores da Associação. A tabela 1 apresenta como está composta a associação em relação aos seus membros integrantes, considerando as seis famílias que a constituem e destacando gênero e faixa etária.

Em relação à existência de renda extra, metade das famílias da associação conta com este tipo de recurso. Esta renda extra é constituída por acesso ao programa bolsa família e no ano de 2021 devido às consequências da pandemia do Covid-19 recebem a ajuda do auxílio emergencial. Os recursos destas rendas proporcionam incremento financeiro para as famílias beneficiadas, sendo auxiliares nas despesas da casa.

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos integrantes das famílias possui apenas o ensino fundamental incompleto. Somente 12,5% dos membros das

famílias que compõem a associação possuem o ensino médio completo, sendo 29,17% o percentual daqueles que não estudam ou que ainda não possui idade escolar. Comparando aos que tiveram oportunidade de ingressar no ensino superior, o índice é relativamente baixo, correspondente a 12,5% dos integrantes da Associação, conforme pode ser observado na tabela 2:

Tabela 2- Nível de Instrução dos integrantes da Associação

Grau de Escolaridade	Número de Pessoas	Percentual
Analfabeto	1	4,17
Assina o nome	1	4,17
Lê e escreve	1	4,17
Não tem idade escolar	4	16,66
Até 5º Ano Incompleto	6	25
Ensino Fundamental Completo	1	4,17
Médio Incompleto	4	16,66
Médio Completo	3	12,5
Superior Incompleto	2	8,33
Superior Completo	1	4,17
Total	24	100

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que tange ao acesso às escolas e universidade cabe destacar que as crianças que estudam no ensino fundamental da 1ª a 5ª séries são atendidas pela escola da comunidade, enquanto os jovens do ensino médio, do 1º ano ao 3º ano, estudam em escola que fica em comunidade próxima, sendo utilizado o apoio do programa do transporte escolar para o deslocamento diário. E para um dos filhos da família A3, da instrução formal do ensino superior, o jovem é estudante da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul.

Na próxima seção foi realizada a caracterização da produção da Associação de Agricultores, identificando quais produtos cultivam e comercializam, bem como qual a função dos integrantes das famílias.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em relação à quantidade de pessoas por famílias que exercem o cultivo e a produção dos alimentos orgânicos, constatou-se que é realizada por 2 a 3 pessoas em cada uma das seis famílias. Sendo que a maior parte destas pessoas é do gênero masculino, principalmente, em virtude de a atividade exercida ser comumente associada ao trabalho do homem, ou seja, exige maior força física. Em compensação, as mulheres ficam responsáveis pela produção dos panifícios/massas, e, ainda dão suporte na separação dos produtos para comercialização aos consumidores.

Assim sendo, o trabalho com a agricultura orgânica demanda a cooperação das famílias trabalhando de forma manual e comercializando seus produtos diretamente ao consumidor. Nesse ponto de vista, o modo mais antigo de comercialização dos produtos da agricultura familiar é [...] “quando o agricultor ou agricultora familiar vende seu produto diretamente ao consumidor” (PASQUALOTTO, KAUFMANN, WIZNIEWSKY; 2019. p. 56).

O quadro 1 apresenta o quantitativo de pessoas das famílias que trabalham na produção de alimentos orgânicos da Associação, constando sucintamente a divisão do trabalho da Associação, sendo inseridas as famílias de A1 a A6, considerando os membros das famílias que atuam nas funções desempenhadas pela Associação, tanto na produção de orgânicos, quanto nos panifícios/massas.

Quadro 1- Integrantes das famílias que são trabalhadores na Associação

Famílias	Núcleo Familiar	Membros da família que trabalham na produção	Homem	Mulher
Família A1	4	3	2	1
Família A2	5	3	2	1
Família A3	7	2	1	1
Família A4	5	3	2	1
Família A5	4	2	1	1
Família A6	1	1	1	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na entrevista realizada na Associação de Agricultores, foi aplicado um questionário com informações gerais de todos os produtos produzidos nas propriedades. De acordo com esses dados, obteve-se uma relação dos itens produzidos, evidenciando o preço de venda para a comercialização. A produção de itens agrícolas na associação é composta por uma variedade de produtos como espécies frutíferas, leguminosas e hortaliças, bem como a produção de compostos orgânicos utilizados nos cultivos destes itens.

A Associação trabalha com a comercialização das cestas coloniais e dentro dessas cestas estão incluídos 6 a 7 produtos in natura e 1 processado. Este processador está no grupo dos produtos panificados, nos quais são produzidas: massas, pães, cucas e macarrão. Estes paníficios são produzidos em uma pequena agroindústria constituída pelas mulheres da Associação. Os outros alimentos são as hortaliças, dentre as quais se produz alface, rúcula, cheiro verde, repolho, chicória, acelga, couve-flor e brócolis. Além das frutas como, laranja, limão, banana e poncã e os alimentos constituídos por raízes: a mandioca, batata doce, abóbora, beterraba e cenoura.

Dentre estes produtos a Associação também efetua a compra de produtos intermediários, ou seja, além de comercializar os itens produzidos nas unidades de produção, quando há demanda por parte dos consumidores e a produção própria não é suficiente, a Associação efetua a compra de produtos de famílias externas à Associação. Ocorre que, ao comprar dos vizinhos, os integrantes da associação pagam mais caro do que se eles estivessem produzindo e este custo maior é repassado aos consumidores da Associação. Os produtos adicionais são o doce de leite, leite, queijo, manteiga, galinha caipira e ovos.

As hortaliças, frutíferas e os paníficios são comercializados por quilo, em pacotes, em bandejas, em dúzia, em litros ou em unidades, totalizando 31 itens, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Alimentos produzidos pela Associação de Agricultores e preços de comercialização

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade	Preço Individual
Abobrinha	Unidade	1	R\$ 3,00
Acelga	Unidade	1	R\$ 3,00

Quadro 2 - Alimentos produzidos pela Associação de Agricultores e preços de comercialização

(continuação)

Alface	Unidade	1	R\$ 3,00
Almeirão	Unidade	1	R\$ 3,00
Beringela	Quilo	1	R\$ 3,00
Brócolis	Pacote	1	R\$ 3,00
Cheiro-Verde	Quilo	1	R\$ 3,00
Chicória	Pacote	1	R\$ 3,00
Couve-flor	Pacote	1	R\$ 3,00
Pepino	Quilo	1	R\$ 3,00
Quiabo	Quilo	1	R\$ 3,00
Repolho	Unidade	1	R\$ 3,00
Rúcula	Pacote	1	R\$ 3,00
Frutas			
Banana	Quilo	1	R\$ 3,00
Laranja	Quilo	1	R\$ 3,00
Limão	Quilo	1	R\$ 3,00
Poncã	Quilo	1	R\$ 3,00
Tomate	Quilo	1	R\$ 3,00
Raízes			
Batata Doce	Quilo	1	R\$ 3,00
Beterraba	Quilo	1	R\$ 3,00
Cenoura	Quilo	1	R\$ 3,00
Mandioca	Quilo	1	R\$ 4,00
Panificados			
Cuca	Unidade	1	R\$ 7,00
Macarrão	Bandeja	1	R\$ 7,00
Pão	Unidade	1	R\$ 7,00

Quadro 2 - Alimentos produzidos pela Associação de Agricultores e preços de comercialização

(conclusão)

Outros Produtos			
Doce de Leite	Quilo	1	R\$ 5,00
Galinha caipira	Quilo	1	R\$ 25,00
Leite	Litro	1	R\$ 2,50
Manteiga	Grama	1	R\$ 5,00
Ovo	Dúzia	1	R\$ 7,00
Queijo	Quilo	1	R\$ 30,00

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

É necessário ressaltar que todos os alimentos listados no quadro 2, são produtos que os agricultores têm condições de produzir durante o ano. Porém, por questões de clima, época e qualidade, a cada mês os itens que fazem parte da produção e comercialização das famílias diversificam conforme a disponibilidade.

Na agricultura familiar da Associação a produção também é destinada ao autoconsumo. Compreende-se a pertinência que é em produzir seu próprio alimento de forma sustentável e garantir uma economia durante o mês. É relevante salientar que o autoconsumo torna-se um gasto a menos para a família, posto que as despesas são reduzidas com a consumação alimentar advinda do sistema de produção que além de ser próprio é saudável.

Diante da exposição dos produtos que são produzidos para comercialização e destinados para o próprio autoconsumo, na seção a seguir podemos observar os resultados financeiros a partir das receitas, investimentos e custos observados nas famílias pesquisadas junto à associação.

4.4 RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Nesta seção estão apresentados detalhamentos sobre as receitas, os investimentos, custos fixos e variáveis identificados na associação.

4.4.1 Receitas

As receitas são as entradas de valores recebidas pelo pagamento de serviços ou venda de produtos (ASSEF, 2015). Neste estudo as receitas estão ligadas diretamente com a comercialização das cestas coloniais, atividade fim da associação.

A comercialização das cestas dos produtos coloniais é realizada de forma fechada composta por 7 a 9 produtos e encontra-se no valor individual de R\$ 30,00. Este valor sofre alterações uma vez por ano, sendo que o último reajuste foi efetuado no mês de maio de 2021. Este último reajuste foi de 20% em relação ao preço anterior. Assim, as receitas da Associação estudada provêm essencialmente das vendas das cestas, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Receita Bruta Mensal da Associação

Discriminação	Quantidade de cestas mensais	Preço de Venda individual (R\$)	Valor Total das receitas (R\$)
Cesta Colonial	200	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A entrega das cestas aos consumidores é realizada semanalmente pelos integrantes da Associação, sendo que atualmente há uma receita aproximada de R\$ 6,000,00 com a comercialização média de 50 cestas semanais entregues ao preço de R\$ 120,00 mensais (considerando que em média são 4 cestas mensais). Atualmente a Associação tem 50 clientes fixos, totalizando 200 cestas comercializadas no mês⁴. Na próxima seção constam as informações sobre os investimentos.

4.4.2 Investimentos realizados pela associação

Segundo Marques (2014), investimento é o valor que envolve a forma de produzir direta ou indiretamente, impulsionando uma atividade econômica, geração

⁴ Considerando que não há um controle exato sobre o número de cestas entregues durante o mês, por parte da associação, foi necessário trabalharmos com aproximações, de modo que consideramos esta comercialização de cestas e desconsideramos a venda de produtos adicionais.

do emprego, da produtividade e aumento da criação de produtos e serviços. Além da melhoria das condições de vida, incentivando o desenvolvimento.

Os investimentos podem ser utilizados de diversas maneiras, para tanto, sempre com a finalidade de gerar resultados. Qualquer investimento almeja um único objetivo, a recompensa positiva, seja financeira, econômica ou social. Determinadas empresas investem em projetos que diminuem os custos, outras aplicam em projetos sociais divulgando sua marca e há ainda as que investem no capital humano (CASAROTTO FILHO; KOPITTKKE, 2010).

De acordo com Queiroz (2001), uma análise de investimento é fundamental na questão de eficácia de recursos escassos no ambiente organizacional. Para análise dos índices econômicos, nos primeiros meses da Associação não foi realizado nenhum investimento fixo, sendo que os associados se utilizavam dos recursos e equipamentos próprios.

Após alguns meses da constituição da associação foram realizados os primeiros investimentos para a Associação. Os valores foram aplicados em equipamentos e benfeitorias utilizados na produção, conforme pode ser observado na Tabela 4:

Tabela 4 - Descrição dos Investimentos Fixos efetuados pela Associação

Discriminação⁵	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Instalações da cozinha	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Carro Fiat Doblo ⁶	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Forno Industrial	1	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
Amassadeira Industrial	1	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00
Geladeira (240 litros)	1	R\$ 1.400,00	R\$1.400,00
Freezer (90L)	1	R\$ 899,00	R\$ 899,00
Bestfer bolacha	1	R\$ 135,00	R\$135,00
Impressa máquina macarrão	1	R\$99,90	R\$99,90
Batedeira	1	R\$ 109,90	R\$ 109,90
Liquidificador	1	R\$ 89,90	R\$ 89,90
Mesa	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Panelas	6	R\$ 57,90	R\$ 347,40
Conjunto talheres	1	R\$169,90	R\$169,90
Formas assadeiras	5	R\$ 24,99	R\$ 124,95
Formas Pão	6	R\$ 13,00	R\$ 78,00
Bacia Inox	4	R\$ 12,90	R\$ 51,60
Potes	5	R\$13,00	R\$ 65,00
Colher escumadeira	3	R\$ 9,90	R\$ 29,70
Concha	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00
Total dos Investimentos			R\$ 46.090,25

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Foram considerados como investimento inicial os equipamentos de eletrodomésticos para desempenho das produções dos paníficios/massas no valor

⁵ O fator terra não é considerado como investimento nesse trabalho, pois as famílias são acampadas, sem registro de documentação.

⁶ A aquisição do veículo Fiat Doblô foi financiada restando algumas parcelas para quitação.

de R\$ 9.733,70, sendo utilizados com o objetivo de fabricar e assar os produtos processados. A associação dispõe também de utensílios de cozinha no valor de R\$ 906,55 e de uma mesa no valor de R\$ 450,00. E para deslocamento e entrega das cestas coloniais a Associação possui um automóvel Fiat Doblo no valor de R\$ 30.000,00. Assim, o investimento total foi de R\$ 46.090,25. Lembrando que, parte dos investimentos aconteceu por auxílios e colaborações de consumidores.

Desta forma, identificado o investimento inicial da Associação, na próxima seção passam a ser analisadas as depreciações pertinentes aos investimentos realizados.

4.4.3 Depreciação dos investimentos realizados pela associação

A depreciação representa a estimativa contábil do custo do equipamento desgastado refletido no processo de produção (ROSS, 2000). Segundo Casarotto Filho e Kopittke (2000) a depreciação é definida como um valor de um determinado bem desvalorizado, ou seja, constitui-se na perda de valor de um equipamento pelo seu uso ou pelo tempo que transcorreu.

A depreciação dos equipamentos e benfeitorias foi determinada de acordo com o que a Associação apresenta como investimento fixo. Como podemos observar na próxima tabela 5.

Tabela 5 - Depreciação dos bens e equipamentos da Associação

Descrição do Bem	Valor de Aquisição (R\$)	Valor residual (R\$)	Vida Útil Anos ⁷	Taxa de Depreciação anual (%)	Depreciação Mensal
Instalações da cozinha	R\$ 5.000,00	R\$ 4.583,40	10 anos	10%	R\$ 41,66
Carro Fiat Doblo	R\$ 30.000,00	R\$ 25.000,00	10 anos	10%	R\$ 250,00
Eletrodomésticos	R\$ 9.733,70	R\$ 8.922,60	10 anos	10%	R\$ 81,11
Utensílios de cozinha	R\$ 906,55	R\$ 831,05	10 anos	10%	R\$ 7,55
Móveis	R\$ 450,00	R\$ 412,50	10 anos	10%	R\$ 3,75
Total	R\$ 46.090,25	R\$ 39.749,45			R\$ 384,08

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para a depreciação foram consideradas as taxas mensais de 10% para instalações da infra-estrutura da cozinha e seus utensílios, eletrodomésticos e o móvel, e, para o automóvel foi estimada a taxa de 10%, observando que um automóvel pode ser utilizado por 10 anos.

No somatório o valor da aquisição é de R\$ 46.090,25, com valor residual no valor de R\$ 39.749,45 com depreciação mensal no valor de R\$ 384,08.

Apresentando os valores da depreciação dos investimentos da Associação, na seção seguinte podemos analisar os custos fixos e variáveis.

4.4.4 Custos fixos e variáveis da Associação

Os custos fixos são custos que oneram a empresa sem que estejam relacionados com o volume produzido. No entanto, o fato de determinado custo ser fixo não condiz que sejam valores sempre iguais, ainda assim podem variar seus valores sem relação direta com a produção (SOUZA, CLEMENTE, 2011). Werneke (2005), por sua vez, destaca que os custos fixos são valores que se mantêm constantes, ou seja, fixos, embora ocorram alterações no nível de atividades no período.

⁷ O parâmetro da vida útil é aquele definido pela receita federal (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/search?SearchableText=taxa%20de%20deprecia%C3%A7%C3%A3o>), mas que em função da realidade estudada, optou-se por considerar que os eletrodomésticos são utilizados por dez anos, e o veículo também será utilizado por um período de dez anos.

No que diz respeito aos custos fixos, foi possível relacionar custos como mão-de-obra familiar. A energia elétrica é utilizada nas casas das famílias para a produção dos produtos, como exposto na tabela 6.

Tabela 6 - Custos Fixos Mensais da Associação

Custos Fixos	Associação*	Famílias**	Valor (R\$)
Mão-de-obra		6	R\$ 3.300,00
Energia Elétrica		6	R\$ 900,00
Telefone/internet		6	R\$ 420,00
Manutenção automóvel	1		R\$ 500,00
Depreciação	1		R\$ 384,08
Total custos fixos			R\$ 5.504,08

*Esta coluna se refere aos valores gastos pela associação

** Nesta coluna se refere aos valores gastos pelas famílias.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A mão-de-obra destacada como custo fixo na tabela 6 corresponde ao valor de meio salário-mínimo considerado como uma remuneração mínima mensal para cada uma das seis famílias da associação. Estes atuam no cultivo das hortaliças, na organização das cestas coloniais na busca dos produtos nos vizinhos externos quando há demanda complementar para comercialização, na produção dos panifícios e na venda das cestas.

A energia elétrica corresponde ao valor de R\$ 150,00 por família, correspondendo a um valor de R\$ 900,00 mensais para as seis famílias. Os gastos com a internet correspondem a um total de R\$ 420,00 por mês, considerando-se a soma do que as seis famílias gastam, sendo este um importante canal de comunicação com seus clientes e divulgação mediante a utilização das redes sociais.

A manutenção do automóvel é estimada em revisões de pneus, motor e lataria, assim esse custo fixo é estimado no valor de R\$ 500,00 mensais. A depreciação também é um custo fixo, sendo contabilizado um total mensal de R\$ 384,08. Assim, o total de custos fixos desta Associação corresponde ao valor de R\$ 5.504,08 mensais.

Na sequência são destacados os custos variáveis mensais da associação. Neste sentido, conforme Brewer (2004), os custos variáveis estão relacionados diretamente com a quantidade de produtos comercializados, ou seja, apresentam uma variação direta e proporcional com a quantidade produzida. Se a produção aumentar, os custos aumentarão na mesma proporção, ou se diminuir, os custos variáveis diminuirão.

De acordo com Souza e Clemente (2011) todos os custos que se relacionam proporcionalmente ao volume produzido se classificam como variáveis. No caso da associação pesquisada foram incluídos nesta categoria as mudas, embalagens, adubos orgânicos, gás, combustível e matéria prima para produção de panifícios, sendo possível visualizar as informações na tabela 7.

Tabela 7 - Custos variáveis mensais da Associação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor (R\$)
Aubos Orgânico	1 KG	6	R\$ 38,00	R\$ 228,00
Embalagens	KG	6	R\$ 80,00	R\$ 480,00
Mudas	1. 200 Un	6	R\$ 162,00	R\$ 972,00
Gás	Un	1	R\$ 100,00	R\$100,00
Gasolina	Litros	60	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Matéria Prima				
Farinha de Trigo	78,5 KG	5,4	R\$ 18,00	R\$ 97,20
Açúcar	6,4 KG	1,23	R\$ 23,00	R\$ 29,44
Sal	70 Gramas	0,7	R\$ 2,50	R\$ 1,75
Fermento	305 Gramas	2,45	R\$ 3,00	R\$ 7,35
Manteiga	2 KG	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Ovo	Dúzia	13,75	R\$ 6,00	R\$ 82,50
Total custos variáveis				R\$ 2.438,24

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os custos variáveis mensais da Associação se constituem no valor de R\$ 2.438,24. Os custos com adubo orgânico equivalem ao valor de R\$ 228,00, são em relação a algum insumo necessário para o cultivo das hortaliças e frutas, quando o adubo orgânico (caldas) produzido pelas famílias não for suficiente.

As embalagens são sacolas plásticas e bandejas utilizadas para embalar os alimentos que são entregues nas cestas. Cada família da Associação tem como gasto variável o valor de R\$ 80,00 por mês, perfazendo um valor total de R\$ 480,00 mensal. Em relação às mudas das hortaliças são 200 unidades por família totalizando 1.200 mudas no valor total de R\$ 972,00 mensal. Em relação ao gás foi considerado o consumo de um botijão durante o mês, utilizado para assar os panifícios da Associação no valor R\$ 100,00 mensal. O custo com a gasolina é utilizado para transporte das cestas coloniais até a casa dos consumidores, num valor de R\$ 400,00 mensais. E por fim, os custos com as matérias primas para produção dos panifícios/massas da Associação ficaram no valor de R\$ 258,24 mensal.

Assim, apresentados os dados de investimentos, receitas e despesas, na próxima seção são analisadas as entradas e saídas, demonstradas em um fluxo de caixa, da Associação com base nos resultados encontrados anteriormente.

4.4.5 Fluxo de Caixa

Os fluxos de caixa são valores que constituem as entradas e saídas dos recursos e produtos por unidade de tempo que compõem um planejamento de investimento (NORONHA, 1987). De acordo com Crepaldi (1998) a empresa ou propriedade rural possui o fluxo de caixa como método de controle das movimentações financeiras, sendo capaz de definir os limites dentro dos quais se devem manter as receitas e as despesas.

A partir dos dados coletados, o Fluxo de caixa apresentado na tabela 8 representa as receitas e custos gerados pela Associação de Agricultores. Neste fluxo foi considerado o período de doze meses, sendo o período escolhido setembro do ano de 2020 até agosto de 2021, no qual são consideradas as receitas, os custos fixos, custos variáveis e o saldo operacional.

As receitas contabilizaram R\$ 6.000,00 por mês totalizando em 1 ano o valor de R\$ 72.000,00, já os custos fixos somaram anualmente o valor de R\$ 66.048,96 e

R\$ 29.258,88 em custos variáveis. De acordo com esses resultados, o fluxo de caixa resultou no período de um ano o valor negativo de R\$ 23.307,84, com saldo operacional negativo de R\$ 1.942,32 ao mês. Estes valores podem ser visualizados na tabela 8. Cabe destacar que este resultado negativo está sendo impactado principalmente pela remuneração mensal que foi atribuída às seis famílias, mas que consideramos um mínimo necessário para remunerar a atuação.

Cabe destacar que no primeiro ano foi considerado que as receitas e custos permaneceriam fixos. Mas nos fluxos anuais, a partir do segundo ano as receitas são reajustadas em 20% enquanto os custos fixos e variáveis são reajustados em 10%. Nas receitas o argumento para o percentual de reajuste está respaldado no último percentual utilizado para a mudança no preço da cesta e em relação aos custos utilizou-se como parâmetro a possibilidade de inflação nestes patamares.

Após a exposição dos dados coletados de viabilidade econômica e financeira da Associação, foi possível fazer a análise dos cálculos dos indicadores econômicos, apresentados na próxima seção.

Tabela 8 - Fluxo de Caixa mensal da Associação

Movimentação /Mês	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Total do Período
Receitas	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00											
Custos Fixos	R\$ 5.504,08	R\$ 66.048,96											
Custos Variáveis	R\$ 2.438,24	R\$ 29.258,88											
Saldo Operacional	-R\$1.942,32	-R\$23.307,84											

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 9 – Fluxo de Caixa Anual da Associação

Movimentação/Ano	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Total do Período
Investimento	R\$ 46.090,25							R\$46.090,25
Receitas		R\$ 72.000,00	R\$ 86.400,00	R\$ 103.680,00	R\$ 124.416,00	R\$ 149.299,20	R\$ 179.159,04	R\$ 714.954,24
Custos Fixos		R\$ 66.048,96	R\$ 72.653,86	R\$ 79.919,24	R\$ 87.911,17	R\$ 96.702,28	R\$ 106.372,51	R\$ 509.608,02
Custos Variáveis		R\$ 29.258,88	R\$ 32.184,77	R\$ 35.403,24	R\$ 38.943,57	R\$ 42.837,93	R\$ 47.121,72	R\$225.750,11
Saldo Operacional		-R\$ 23.307,84	-R\$ 18.438,62	-R\$ 11.642,49	-R\$ 2.438,74	R\$ 9.758,99	R\$ 25.664,81	R\$ 1.404.202,11

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4.5 INDICADORES DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Esta seção contempla avaliar a análise de viabilidade econômica e financeira de uma Associação de Agricultores familiares com produção orgânica localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR. Deste modo, foram calculados os indicadores de investimento para a análise dos resultados.

A partir das informações coletadas foram analisados os seguintes indicadores: o Fluxo de Caixa, Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Mínima de Atratividade (TMA), Taxa Interna de Retorno (TIR), Payback e o Índice de Lucratividade (IL).

4.5.1 Fluxo de Caixa

O estudo de viabilidade da Associação de Agricultores apresenta o fluxo de caixa projetado com tempo pré-determinado de seis anos, apresentando os resultados para ilustrar o que acontece neste período. A utilização de seis anos foi uma opção da autora, uma vez que a associação foi constituída em 2018 e já está com três anos de funcionamento, optou-se em trabalhar com o dobro deste tempo para as projeções. Iniciando pela tabela 10 na qual consta o fluxo de caixa projetado, cuja origem pode ser observada na tabela 9.

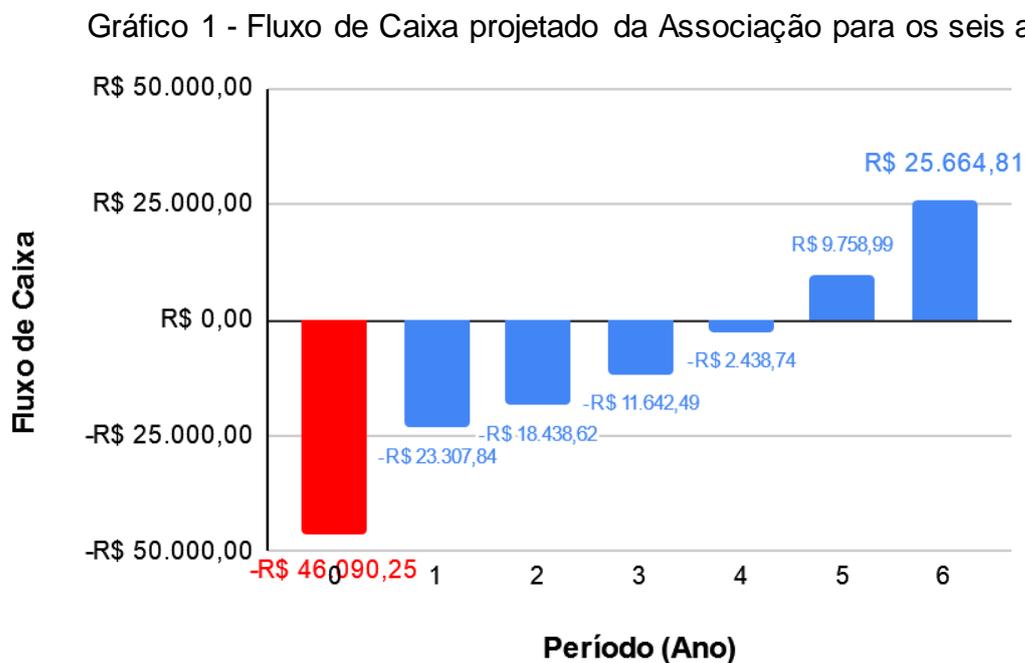
Tabela 10 - Fluxo de Caixa Projetado para o período de seis anos

Período (Ano)	Fluxo de Caixa
0	-R\$ 46.090,25
1	-R\$ 23.307,84
2	-R\$ 18.438,62
3	-R\$ 11.642,49
4	-R\$ 2.438,74
5	R\$ 9.758,99
6	R\$ 25.664,81

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O fluxo de caixa indica quanto a Associação terá de receitas anualmente, considerando a comercialização das cestas, os investimentos realizados, os custos

fixos e variáveis considerados. Podemos observar no gráfico 1 para melhor compreensão.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A Associação de Agricultores tem como investimento inicial o valor de R\$ 46.090,25 no ano zero. No primeiro ano projetado tem como projeção o valor negativo de R\$ 23.307,84, sendo os resultados dos demais anos observáveis na tabela 10 e no gráfico 1. Ao final do sexto ano o resultado será positivo em R\$ 25.664,81 considerando os valores futuros previstos.

4.5.2 O Prazo de Retorno de Investimento - PAYBACK

Para determinar o payback simples foi calculado o saldo acumulado dos anos analisados, considerando o valor futuro que as receitas gerarão. O resultado encontrado de payback simples foi de 8,59 anos, assim, o investimento nestas condições será recuperado num período de um pouco menos de nove anos quando forem considerados os valores futuros previstos no fluxo de caixa, conforme informações da tabela 11:

Tabela 11 - Payback Simples

Período	Fluxo de Caixa	Fluxo Descontado ao Valor Futuro
0	-R\$ 46.090,25	-R\$ 46.090,25
1	-R\$ 23.307,84	-R\$ 69.398,09
2	-R\$ 18.438,62	-R\$ 87.836,71
3	-R\$ 11.642,49	-R\$ 99.479,20
4	-R\$ 2.438,74	-R\$ 101.917,94
5	R\$ 9.758,99	-R\$ 92.158,95
6	R\$ 25.664,81	-R\$ 66.494,14
Payback Simples		8,59 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No cálculo do Payback Descontado foi calculado o saldo acumulado descontado dos anos analisados. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 12% ao ano. Nestas condições, constata-se que são necessários 11,61 anos para efetuar o pagamento de todo o investimento com as receitas obtidas, conforme pode ser visualizado na tabela 12.

Tabela 12 - Payback Descontado

Período	Fluxo de Caixa	Valor Presente	Fluxo Descontado
0	-R\$ 46.090,25	-R\$ 46.090,25	-R\$ 46.090,25
1	-R\$ 23.307,84	-R\$ 20.810,57	-R\$ 66.900,82
2	-R\$ 18.438,62	-R\$ 14.699,15	-R\$ 81.599,98
3	-R\$ 11.642,49	-R\$ 8.286,89	-R\$ 89.886,87
4	-R\$ 2.438,74	-R\$ 1.549,86	-R\$ 91.436,73
5	R\$ 9.758,99	R\$ 5.537,51	-R\$ 85.899,22
6	R\$ 25.664,81	R\$ 13.002,59	-R\$ 72.896,63
Payback Descontado			11,61 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O payback descontado utiliza o valor presente descontado a uma Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de 12% ao ano e calculou o valor presente de cada fluxo. Por esse motivo, o tempo de retorno necessário é maior do que no payback simples, uma vez que neste são consideradas as receitas que se imagina obter no futuro, enquanto que no payback descontado as receitas estão calculadas em valores presentes ou atuais, calculados a partir da TMA.

Na seção a seguir, podemos observar os valores encontrados do Valor Presente Líquido.

4.5.3 Valor Presente Líquido (VPL)

Para o cálculo do Valor Presente Líquido foram somadas as receitas futuras descontadas ao valor presente, com uma taxa mínima de atratividade (TMA) de 12% ao ano, menos o custo do investimento inicial.

O resultado obtido para um horizonte de seis anos apresentou um VPL negativo no valor de R\$ 72.896,63 (VPL <0). Ou seja, este valor negativo representa que o valor presente das entradas de caixa é menor que o valor presente das saídas de caixa, indicando que é necessário um tempo superior aos seis anos considerados para que o investimento possa ser pago. A tabela 13 apresenta os valores em detalhes.

Tabela 13 - Valor Presente Líquido

Período (Ano)	Fluxo de Caixa	Valor Presente
0	-R\$ 46.090,25	-R\$ 46.090,25
1	-R\$ 23.307,84	-R\$ 20.810,57
2	-R\$ 18.438,62	-R\$ 14.699,15
3	-R\$ 11.642,49	-R\$ 8.286,89
4	-R\$ 2.438,74	-R\$ 1.549,86
5	R\$ 9.758,99	R\$ 5.537,51
6	R\$ 25.664,81	R\$ 13.002,59
TMA =12% a.a		VPL= -R\$ 72.896,63

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com base nos valores considerados para o fluxo de caixa, para a TMA e investimentos constata-se que nesta análise a Associação começará a ter retorno a partir de doze anos nas condições de produção projetadas, sendo então que conseguirá recuperar seu investimento.

Determinando os indicadores de fluxo de caixa, TMA, Payback e VPL, podemos analisar na próxima seção qual é a Taxa Interna de Retorno deste estudo.

4.5.4 Taxa Interna de Retorno (TIR)

No cálculo da taxa interna de retorno (TIR) para o período de seis anos, o resultado foi igual a -21% (Tabela 14).

Tabela 14 - Taxa Interna de Retorno

Período (Ano)	Fluxo de Caixa
0	-R\$ 46.090,25
1	-R\$ 23.307,84
2	-R\$ 18.438,62
3	-R\$ 11.642,49
4	-R\$ 2.438,74
5	R\$ 9.758,99
6	R\$ 25.664,81
TIR	-21%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Considerando que a TMA pré-estabelecida foi de 12%, então a TIR apresentada está abaixo da TMA, sendo negativa, ou seja, a taxa de retorno que a associação obterá em seis anos, dentro das condições consideradas no fluxo de caixa e investimentos será de -21%. Se considerarmos como parâmetro os 12%, então é possível afirmar que o projeto nessas condições com esses custos, com essas receitas, com esses investimentos é que se constata esses resultados.

Após delimitar o valor do TIR, buscou calcular qual é o Índice de Lucratividade da Associação estudada.

4.5.5 Índice de Lucratividade (IL)

O índice de lucratividade, analisado para o período de seis anos, apresentou resultado negativo e igual a (-0,58%) (Tabela 15). Este resultado corrobora os indicadores anteriores, segundo os quais é apenas em doze anos de atividades, nas condições consideradas, que em termos econômicos e financeiros os investimentos da associação serão totalmente pagos.

Tabela 15 - Índice de Lucratividade

Período (Ano)	IL
0	-R\$ 46.090,25
1	-R\$ 20.810,57
2	-R\$ 14.699,15
3	-R\$ 8.286,89
4	-R\$ 1.549,86
5	R\$ 5.537,51
6	R\$ 13.002,59
	-0,58%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Do volume de investimentos que a Associação efetuou, em seis anos ele não recupera o capital, visto que até o final do quarto ano os resultados ainda serão negativos. Uma vez que o Payback deu 11,61 anos.

Observou-se que o empreendimento nas condições mencionadas acima levaria doze anos para obter resultados positivos, considerando o valor de meio salário-mínimo por família da associação (somando R\$ 3.300,00 no total conforme tabela 6). Entretanto, realizando uma simulação da retirada deste valor dos custos fixos da Associação, tem-se um resultado que se mostrou viável dentro dos seis anos projetados, com tempo de retorno de 3,13 anos. Entretanto entendemos ser importante a remuneração do trabalho das famílias e que estes valores ainda que baixo (meio salário mínimo) é justo que seja obtido e considerado como um custo.

Além dos resultados financeiros e da viabilidade econômica e financeira observada, destacamos que em termos sociais e ambientais também há importantes ganhos para as famílias que atuam na produção de orgânicos e estão organizados na associação.

No aspecto ambiental, constata-se que a associação é caracterizada por apresentar diversidades de culturas, principalmente da agricultura. Dentre as atividades desenvolvidas a agricultura se constitui como a principal fonte de renda da Associação, levando em consideração a comercialização e o autoconsumo (NASCIMENTO, 2012).

Em cada uma das propriedades familiares integrantes da associação, há áreas de preservação ambiental, além das áreas ocupadas por atividades econômicas. As famílias acessam a água por meio de fontes de água, mas também

acessam via rede de abastecimento de água municipal e em alguns casos, quando necessário efetuam a captação da água das chuvas (SACHS 2004).

O cultivo das plantas é feito de forma orgânica, utilizando o uso de caldas orgânicas em suas produções (MARTÍ, 2010). Segundo informações dos agricultores, quando a terra é tratada de forma correta, oferecendo os recursos disponíveis na natureza o solo se torna rico em nutrientes e fertilidade natural.

Em relação aos resíduos orgânicos de cozinha é executado o reaproveitamento destes através do processo de compostagem, sendo esta uma alternativa para o tratamento biológico que decorre na formação de adubo orgânico. Esses adubos orgânicos são utilizados tanto para as hortaliças quanto para as fruticulturas. Neste sentido cabe destacar o que Medaets e Fonseca (2005) apontam, afirmando que a produção orgânica tem sido uma alternativa para o resgate da flora e fauna dos ecossistemas.

Neste contexto, a questão econômica provém das atividades provenientes da agricultura, a principal atividade econômica é agrícola, sendo que sua renda é resultante da agricultura orgânica. Percebe-se que a comercialização das cestas coloniais oferece receita econômica para as famílias, sendo responsável pelo rendimento mensal dos agricultores, além de estarem oferecendo aos consumidores produtos mais “saudáveis”, bem como utilizando para seu autoconsumo.

No aspecto social vale ressaltar a importância desses agricultores organizados em associação, visto que, está sendo uma alternativa para o fortalecimento dessas famílias. Conforme Brito (2003), as associações contribuem para o fortalecimento do pequeno agricultor num ambiente social, político e econômico. Concomitantemente, a Associação busca a organização de suas atividades para melhor planejamento e programação de produção a fim de atender a demanda, desta forma, é evidente o fortalecimento desses agricultores, via trabalho associativo, em prol de melhores condições de vida das famílias no campo.

Neste mesmo contexto, podemos destacar a cumplicidade que as famílias demonstram no processo de desenvolvimento dos trabalhos da Associação, sejam eles no cultivo das hortaliças, raízes, frutíferas ou na industrialização dos panifícios/massas. Conforme Navarro (2001), o processo de desenvolvimento passa a ser repensado, assim, a divisão do trabalho é feita de forma coletiva, sendo que os homens realizam o trabalho braçal na parte dos cultivos dos produtos orgânicos e realizando a entrega das cestas até o consumidor, e as mulheres trabalham na

produção dos panifícios/massas, ajudam no processo de coleta, organização e separação desses alimentos para venda.

Outro fator importante no aspecto social condiz com o que Silva (2009) pressupõe, que é a permanência dos jovens no campo, sendo a família muito importante para esse incentivo. Nesse sentido, todos os jovens disseram que recebem apoio de suas famílias para a participação dentro da Associação. Deste modo, eles recebem conselhos, destacando sobre a qualidade de vida que a Associação oferece para o trabalho em família e destacam a importância de permanecer na Associação para dar continuidade às conquistas realizadas por seus pais, além de garantir a obtenção de uma renda própria.

A inclusão dos jovens caminha para agregar ainda mais os conhecimentos, a fim de ensinar, aprender e passar os saberes para suas famílias e assim por diante, de geração para geração. É de suma relevância o interesse que esses jovens demonstram ter em relação a dar continuidade nas atividades da Associação. Um destes exemplos é o jovem estudante de agronomia na UFFS campus de Laranjeiras do Sul. Foi possível observar que ele busca levar o conhecimento obtido no meio acadêmico para a Associação em prol de melhor desenvolvimento da mesma.

Em relação às mulheres da Associação se faz notável a participação delas dentro das atividades realizadas pelo grupo de agricultores, além de ajudarem no cultivo, na colheita, na separação dos produtos para comercialização e na fabricação dos alimentos processados. Participam das reuniões e palestras da Associação, salientam suas contribuições nas tomadas de decisões e colaboram no desenvolvimento rural das propriedades. O papel das mulheres na propriedade é fundamental, os agricultores salientam e ressaltam a valorização pelas suas esposas no campo, o que evidencia a grandeza e respeito pelo trabalho e cuidado dessas mulheres dentro da sociedade.

Outro aspecto importante que merece destaque à Associação é que através das cestas dos produtos saudáveis há uma relação de respeito, perseverança, persistência e gratidão entre as famílias, dando sinal de uma sociedade relativamente satisfeita e próspera. Schneider (2004) destaca que, é evidente que dentro da agricultura familiar percebe essa relação de persistência e fornecimento de produtos saudáveis, além do desenvolvimento rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tem como tema a identificação dos seus resultados financeiros avaliando quais são os resultados econômicos e financeiros nas unidades de produção em uma associação de agricultores familiares localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Paraná que atuam na produção orgânica.

Este tema foi escolhido devido a autora do presente trabalho ter atuado como bolsista no projeto PES 2020-0349 Análise comparativa da viabilidade econômica em sistemas de produção agroecológica e convencional na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR. O trabalho serviu como retribuição de oportunidades durante o projeto e participação nas atividades, com a intenção de obter conhecimento mais aprofundado sobre o tema e a experiência adquirida.

O problema de pesquisa que buscou responder foi: Quais as condições de viabilidade econômica e financeira de uma associação de agricultores familiares que integrantes de uma associação e que atuam na produção orgânica, na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR? O objetivo geral foi analisar as condições de viabilidade das unidades de produção em uma associação de agricultores familiares, com sistema de produção orgânica na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

Para alcançar o objetivo geral, o trabalho foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar e contextualizar, teoricamente, os sistemas de produção orgânicos e seu papel no desenvolvimento rural; b) Identificar os resultados econômicos e financeiros em uma associação de agricultores familiares com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR; c) Analisar a viabilidade econômica e financeira em uma associação de agricultores familiares com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

Em relação aos objetivos específicos, o primeiro objetivo específico (Caracterizar e contextualizar, teoricamente, os sistemas de produção orgânicos e seu papel no desenvolvimento rural) foi alcançado através do capítulo 2 da Revisão de Literatura. Neste capítulo foram abordadas as temáticas de desenvolvimento rural e agricultura familiar e produção orgânica como alternativa sustentável na agricultura familiar, utilizando autores que tratam do tema. O segundo objetivo específico

(Identificar os resultados econômicos e financeiros em uma associação de agricultores familiares com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR), foi alcançado por meio do capítulo 4. Neste capítulo foram apresentadas informações sobre a associação, bem como os resultados econômicos e financeiros da produção orgânica da Associação. Foram descritas as atividades realizadas juntamente com a entrevista efetuada com as famílias da Associação e com os questionários respondidos por meio do whatsapp.

O último objetivo específico (Analisar a viabilidade econômica e financeira em uma associação de agricultores familiares com sistema de produção orgânica, localizada na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR), foi alcançado por meio dos resultados do capítulo 4 na seção 4.5. Nela foram apresentados e analisados os resultados encontrados através dos cálculos de viabilidade econômica e financeira. Deste modo, ao alcançar cada um dos objetivos específicos, foi possível alcançar o objetivo geral do trabalho e responder ao problema de pesquisa que foi proposto.

Com base nas informações fornecidas pelos representantes da associação, que foram os informantes pesquisados, foram apurados os investimentos, custos e receitas. A partir destes dados foram efetuados os cálculos de viabilidade utilizando os indicadores propostos. Em relação ao tempo de retorno constatou-se que ao considerar os valores descontados do fluxo de caixa serão necessários doze anos para obter o retorno do investimento. Como o período considerado nesta monografia foi de seis anos, com uma taxa mínima de atratividade de 12% ao ano, o Valor Presente Líquido ao final de seis anos será negativo no montante de R\$ 72.896,63. A Taxa Interna de Retorno obtida nestes seis anos com os valores utilizados foi negativo de -21% a.a., ou seja, menor do que os 12% a.a. estabelecidos como taxa mínima de atratividade.

Assim, nas condições estudadas para a associação o tempo mínimo para obter retorno do investimento será de 11,61 anos. Ou seja, nas condições consideradas para as atividades das famílias (investimentos, receitas e custos) os resultados passarão a ser positivos a partir do décimo-segundo ano do desenvolvimento das atividades. Cabe destacar que para estes resultados foi considerada uma remuneração mensal para cada família de meio salário mínimo, o que nem sempre é uma realidade. Ou seja, as famílias muitas vezes trabalham sem

receber a remuneração estipulada aqui neste trabalho. Também em relação aos investimentos cabe destacar que o desembolso dos valores aplicados contou com doações de pessoas que entendem ser importante auxiliar as famílias para que possam melhorar suas condições de vida.

Diante desses resultados, podemos observar que além da análise de viabilidade, as questões de sustentabilidade passam a ser importantes para o meio em que a Associação de Agricultores está inserida. Foi possível verificar no trabalho que a comercialização de cestas de produtos oriundos da agricultura orgânica apresenta como princípios saúde, equidade, respeito, dignidade, honra, preservação ao meio ambiente e valorização do camponês. E destaca-se também como aspecto importante a valorização da autoestima dos agricultores que ao comercializarem os produtos que eles mesmos cultivam e levam diretamente aos consumidores, serve de estímulo para ampliarem seus esforços, dedicação e responsabilidade, tornando-se um exercício de cidadania.

Para a Associação estudada um sistema de produção orgânica leva em consideração a saúde do produtor e do consumidor, não agredindo o meio em que se vive, possuindo lazer e valorização do campo. Da mesma forma, apresentando disposição para buscar crescimento econômico e aumentar a renda das famílias associadas, que mostra que a luta por uma sociedade faz com que sua produção de orgânicos seja uma alternativa viável para pequenos produtores.

Diante do exposto, apesar dos resultados financeiros serem ruins nas condições consideradas, constata-se que os membros da Associação de Agricultores estão fortalecidos por se constituírem em associação, partilhando dos mesmos objetivos, adotam e cumprem as regras de integração e condutas bem como as práticas de cultivo com o uso mínimo de insumos químicos e planos de eliminação completa destes. Relatam que o diferencial no produto é a relação com saúde, qualidade do alimento e responsabilidade socioambiental.

Assim, diante do que foi possível estudar nesta monografia e das limitações que foram enfrentadas (que estão destacadas na seção da metodologia), recomenda-se o aprofundamento de pontos a serem detalhados ou estudados e que remetem para futuras pesquisas. Dessa forma, conhecer os meios e as condições de vida das famílias produtoras de produtos orgânicos pode se tornar importante para o desenvolvimento rural e regional nos municípios em que estão inseridos. Esse

estudo para melhor alcance dos resultados pode ser analisado utilizando como método a análise de diagnósticos de sistemas agrários, que permite conhecer melhor a totalidade da unidade agrícola. Cabe destacar que nesta monografia não foi possível utilizar este método especialmente por causa da pandemia do Covid-19. Ainda recomendamos que novas pesquisas possam investigar a relação dos agricultores familiares da associação com os consumidores para conhecer esta importante relação que se constrói a partir da produção de produtos orgânicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.S.B.; SANTOS, A.C.G.P.; HOLANDA, L.R. Análise de viabilidade econômica de um pequeno produtor de maracujá em Boca da Mata, Alagoas. **Sistemas & Gestão**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 357–365, 2018. DOI: 10.20985/1980-5160.2018.v13n3.1404. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/1404>. Acesso em: 02 out. 2021.
- ANDRADE, L.N.T.; NUNES, M.U.C. **Produtos alternativos para controle de doenças e pragas em agricultura orgânica**. Aracaju: Embrapa-Tabuleiros Costeiros, 2001. p.20.
- AROEIRA, Luiz J. M; FERNANDES, Elizabeth Nogueira. **Produção orgânica de leite como alternativa para a produção familiar**. Planeta orgânico, o endereço dos orgânicos na internet. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br>. Acesso em 21 abr. 2021.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativa e Valor**. 7ª Ed; Atlas; São Paulo; 2014.
- ASSEF, R. **Gerência de preços: como ferramenta de marketing**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- BORDEAUX-RÊGO, Ricardo. *et al.* **Viabilidade econômico-financeira de projetos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. **Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária**, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2017.
- BRITO, Paulo. **Análise e viabilidade de projetos de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRÜSEKE, Franz Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável**. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.
- BUARQUE, Cristovam. **Avaliação Econômica de Projetos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984.
- CAMARGO, Ana L. de Brasil. Desenvolvimento Sustentável: **Dimensões e Desafios**. 2 Ed. Campinas, SP: 2003.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. (2001). A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CARVALHO, I. S. H. de. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado**: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. 2007. 165 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3442>. Acesso em: 21 set. 2021.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Elaboração de Projetos Empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITCKE, B. H. **Análise de Investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão e estratégia empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **DINÂMICAS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ESTILOS DE AGRICULTURA FAMILIAR**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Orientador: Sergio Schneider. Tese - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjvvczj5b3vAhV_HrkGHa2VCT8QFjAAegQIARAD&url=https%3A%2F%2Fwww.lume.ufrgs.br%2Fhandle%2F10183%2F15624&usg=AOvVaw2dStOg6xcXD0Tf97t_r2kW. Acesso em: 17 março 2021.

COSTA, Tiago da. **Abordagem Territorial do Desenvolvimento e a Universidade Pública**: Uma análise das contribuições da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul – Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar por meio de suas ações de extensão. 2020. Tese (Doutorado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Editora Atlas, 1998

DALLANORA, Ivani Belenice. **Modernização do espaço rural brasileiro**: “novo” olhar para a agricultura familiar. Caderno de Geografia, v.30, Número Especial 2, 2020. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/23950>. Acesso em: 22 set. 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana; SILVA, Frederico Barbosa, et al. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. Cap.2, p. 51-90.

DELGADO, Guilherme Costa. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157 – 172, 2001.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1964-2021)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

ELKINGTON, J. **Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies For sustainable development**. California Management Review, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 46. n. 6, p. 1575-1597, nov/dez 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000600008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v46n6/a08v46n6.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2021.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas AS. São Paulo. 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural [impressa]. 2015, vol.52, supl.1, p. 109 a 130.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004. 361 p.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. Tradução Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 801 p.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola**. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

HOFFMANN, R. **Administração da empresa agrícola**. 1. Ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, 320 p.

MACEDO, M. A. S., LUNGA, A., & ALMEIDA, K. (2007). **Análise de viabilidade econômico-financeira de projetos agropecuários: o caso da implantação de um projeto de produção de produtos apícolas**. XLV Congresso do Saber "Conhecimentos para Agricultura do Futuro", Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

MARTÍ, Jaime Ferré. Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado. **Agroecologia, manejo de pragas e doenças**. N. 6. 2010.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, p. 433-460, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/pXt5ZtxqShgBKDJVTDjfWRn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **BRASIL. Governo Federal**. 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 02 abril 2021.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A.C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 104 p.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.25, n. 1, p. 299-322, abr, 2004. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>. Acesso em: 04 mai. 2021.

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Cooperação Técnica Brasileira**. Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais.

MORAES, Murilo Didonet de; OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marques de. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Revista**

Desenvolvimento Socioeconômico em Debate - RDSD, São Paulo, v. 3, n.1, p. 19-37, 2017.

MOURA, L. R. C. et. al. **Um Estudo sobre o Comportamento dos Consumidores de Produtos Orgânicos**. In: XIII SEMEAD, Seminário de Administração, ISSN 2177 – 3866. Setembro de 2010.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Texto para discussão 42. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF. 2011.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do social ao ambiental, do ambiental ao econômico. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 26, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624/12366>. Acesso em: 30 ago. de 2021.

NETO, N. C., DENUZI, V. S. S., RINALDI, R. N., & STADUTO, J. R. (2010). **Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar**. Revista Percurso, 2(2), 73-95. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49466>. Acesso em: 25 set. 2021.

NORONHA. J. F. Projetos agropecuários. **Administração financeira orçamento e viabilidade econômica**. 2ª Ed. São Paulo: atlas,1987.

PADUA, Juliana Benites; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; GOMES, Eder Pereira. **Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 225-235, jul./dez. 2013.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. 1 e-book. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/09/MD_Agricultura-Familiar.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: 2013.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

QUEIROZ, J. A. **Aplicação do valor no risco (VAR), do modelo de precificação dos ativos de capitais e da teoria de precificação por arbitragem na avaliação econômica dos projetos de investimento em condições de risco**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção Mecânica, Campus de São Carlos,

Brasil. 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-12042017-152118/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. 2004. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/qMFkZKMK3QrKBVGkyLwtMmQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Elsevier, 2007.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito em construção. DRd - **Desenvolvimento Regional Em Debate**, 2 (1), 44-61, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215>. Acesso em: 20 set. de 2021.

SCHLESENER, Anita Helena; FERNANDES, Donizete Aparecido. Os conflitos sociais no campo e a educação: a questão agrária no Brasil. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 10, n. 24, p.131-148 jan./abr. 2015. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/330/330>. Acesso em: 20 set. 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, v.6, n.11, p.88-125, jan/jun. 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate**. In: Flávio Borges Botelho Filho. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17. 2005, p. 168.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política. São Paulo. n. 3, p. 511 - 531, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.

SILVA, Diniz da. Sustentabilidade corporativa. In: Anais do VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, Resende, RJ, 2009.

SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni. **Princípios do direito ambiental** [recurso eletrônico] : articulações teóricas e aplicações práticas / org. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira - Dados eletrônicos. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2013.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 186.

RAMOS, Pedro. Uma história sem fim: **A persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo**. In: O mundo rural no Brasil do século 21. 1. ed. Brasília/DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2014. v.1, p. 655-694.

RIBEIRO, Carlos Vitor Timo. **Como fazer projetos de viabilidade econômica: manual de elaboração**. 3. ed. revista ampliada. Cuiabá, MT, 2006.

ROSS, S. A. **Princípio de administração financeira**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1992.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre. 2000.

VEIGA, José Eli da. **O prelúdio do desenvolvimento sustentável**. Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento. São Paulo: CAVC, p. 243-266, 2005. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/89133/mod_resource/content/1/O%20prel%C3%BAdio%20do%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para discussão. Brasília, n. 1. MDA/NEAD, 2001.

VERGARA, W. R. H., Yamanari, J. S., Almeida, J. N. P., & Akieda, M. K. **Agricultura familiar: viabilidade econômico-financeira na produção de morangos e manjericões**. *Exacta*, 19(1), 107-129, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/exactaep.v19n1.8513>. Acesso em: 02 out. de 2021.

WERNEKE, E. **Contabilidade de Custos**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

APÊNDICE A - Questionário da visita da Associação de Agricultores

1. Gostaria de saber desde o início, de como surgiu a Associação (ano, motivo, e quantas pessoas deram início a organização) e quantas pessoas tem hoje na Associação?
2. Quantas pessoas possuem em cada família da Associação? E se possível a idade de cada uma.
3. E em relação à escolaridade de cada pessoa até que séries estudaram ou se não estudaram, se tem alguém analfabeto ou se sabem escrever ou ler?
4. Como os agricultores fazem o controle da produção, por dia, por semana, por mês ou ano? Ou se não tiver controle mais ou menos o quanto produzem?
5. O que produzem para venda e para consumo próprio (leite, grãos, horticultura, etc)? OBS: colocar tudo o que produzem dentro de sua propriedade, tanto para orgânicos quanto para produção convencional (se tiver produtos convencionais).
6. Quais os produtos comercializados (para venda)? E quais os valores pelos quais comercializam esses produtos? Tanto os preços dos produtos que utilizam para produzir, quanto os preços para comercialização desses produtos?
7. Dos produtos que produzem, quantos vocês consomem para consumo próprio? E quantos vocês comercializam? Pode ser aproximadamente.
8. Existem perdas dos alimentos? Contabilizar se tiver.
9. Para essas produções eles têm custos? Quanto gastam para produzir? De todos os produtos? (sementes, leite, novilhas, mudas, plantas) Se precisam comprar essas sementes, mudas qual o valor que pagariam?
10. Quantas pessoas trabalham na propriedade? Como é realizada a produção? (Cada família produz produtos diferentes ou todos produzem todos os itens?).
11. Quanto é o valor realizado em investimentos? Quais são esses equipamentos? Qual a vida útil desses equipamentos?
12. Quais as instalações têm na propriedade para produção desses orgânicos e dos demais produtos também? (Galpão, casa, etc.).
13. Possuem algum tipo de financiamento bancário? Como foi tratado o investimento fixo? (Se puder detalhar taxa de juros, parcela, valor total e valor futuro).
14. São pagos impostos? Se sim, quais são e quanto pagam por mês ou por ano?
15. Existem gastos com divulgação e propaganda? Quais são? Quanto gastam por mês?
16. Gastos fixos, telefone, internet, água, luz. (água é de poço comum, artesiano). Valores?

17. Gastos com transporte, locomoção.
18. Como se dá a divisão das tarefas dentro da organização? Todos fazem tudo ou há uma organização que divide tarefas.
19. Quais são os horários de trabalho?
20. Como é feita a distribuição das receitas da comercialização?
21. Como é feita a tomada de decisões da empresa, separados, todos juntos?
22. A Associação possui CNPJ?
23. Quanto de terra cada família está usando para produzir? Quantos alqueires são no total da associação?
24. Quantas cestas são vendidas por semana e por quinzena?
25. Existem fornecedores ou todos os itens são fabricados pela Associação? (Se existem fornecedores, quais são?).
26. Quais alimentos compõem a cesta de alimentos? Vocês compõem as cestas de acordo com o cliente?
27. Qual a qualidade e durabilidade dos produtos?
28. Qual é a embalagem dos produtos?
29. Possuem ALVARÁS de funcionamento? Como estão as normas de regulamentação? Possui alguma certificação ou selo?
30. Quais equipamentos de trabalho vocês possuem e poderiam ter para conseguir trabalhar melhor?
31. Quantos veículos de entrega vocês possuem? Quantas cestas cabem em cada carro? Qual seria o ideal?
32. Além do salário as famílias recebem algum outro benefício? Bolsa família, auxílio, aposentadoria?
33. Em relação ao meio ambiente, de que forma ajudam a preservar?